



# Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

## 1. Considerações iniciais

Em 2022, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

Na sequência do processo de aquisição da Companhia, ocorrido em outubro de 2021, a CPFL Cone Sul realizou as seguintes operações ao longo de 2022:

1. Oferta Pública de Aquisições de ações (“OPA”) mandatária, com leilão realizado em 6 de abril;
2. OPA de deslistagem, com leilão realizado em 18 de novembro.

Como resultado das referidas OPAs, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de aproximadamente 99,32% do capital social total da CPFL Transmissão. Como consequência da OPA de Deslistagem, em 30 de novembro de 2022, a conversão de registro da Categoria “A” para Categoria “B” foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Companhia, realizada em 7 de dezembro de 2022, foi deliberado e aprovado o resgate compulsório das ações em circulação remanescentes. Em nova AGE da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2022, as ações resgatas foram canceladas. Com isso, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 100% do capital social total da CPFL Transmissão.

Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida (“RAP”) visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

## 2. Comentário sobre a conjuntura

### Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações, elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente).

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas.

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração.

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito



dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

## Ambiente regulatório

### Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):

Com a retificação da REH nº 2.960/2021 que trouxe o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2018 (após a fiscalização da SFF/ANEEL), para o Contrato de Concessão nº 055/2001, o índice de reposicionamento definitivo ficou em **+4,71%**. Nos ciclos 2020-2021 e 2021-2022 foram recebidos os valores considerando o índice de reposicionamento da RTP provisória que era de +7,53%, conforme REH nº 2.845/2021. A diferença dos valores entre as RTP definitiva (+4,71%) e provisória (+7,53%) está sendo devolvida por meio de parcela de ajuste, no ciclo 2022-2023.

A REH nº 3.067, de 12 de julho de 2022, estabeleceu as RAPs da Companhia e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 933 milhões, representando um incremento na ordem de 22% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2021-2022). Este aumento é devido, principalmente ao segundo ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) onde há um incremento de 46% no componente, bem como da trajetória de O&M oriunda da RTP de 2018 e de ajustes no componente econômico da PRT nº 120/2016. Além destes, houve o reconhecimento de recursos interpostos contra as REH nº 2.895/2021 e REH nº 2.959/2021 e outros ajustes realizados na base, somados ao reajuste pelo IPCA que superam o impacto negativo da RTP e resultam no incremento de receita para o ciclo 2022-2023.

(em milhares de reais)

REH 2.959/2021 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	RBSE (**)	RTP	Ajuste da base	Parcela de ajuste	REH 3.067/2022 (*)
763.074	86.892	7.692	83.693	-21.318	13.566	-16.359	933.599

(\*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA

(\*\*) Valores incluem incremento do componente financeiro, ajuste no componente econômico (PRT 120/16) e a trajetória de O&M.

A Receita Homologada líquida (de PIS e COFINS) total da Companhia, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001, nº 080/2002 e da controlada TESB, nº 001/2001, apresenta a seguinte composição:

(em milhares de reais)

Contrato de Concessão	REDE BÁSICA				Demais Instalações de Transmissão - DIT				Total 2023 (*)	Total 2022 (*)
	RBSE	RBNI	RBL	Parcela Ajuste	RPC	RCDM	RPEC	Parcela Ajuste		
055/2001	579.905	144.032	-	-23.386	133.693	75.970	-	7.027	917.241	832.373
080/2002	-	-	22.438	-705	-	-	-	-	21.733	19.717
001/2011	-	-	25.214	-3.915	-	-	2.710	-	24.009	18.374



579.905	144.032	47.652	28.006	133.693	75.889	2.710	7.027	962.983	870.464
---------	---------	--------	--------	---------	--------	-------	-------	---------	---------

(\*) Valores considerando as parcelas de ajuste - PA

### Revisão Tarifária Periódica ("RTP") TESB:

Em 21 de junho de 2022 foi publicada a REH nº 3.050/2022 que homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica dos Contratos de Concessão outorgados mediante licitação, na modalidade de leilão público. Para esses contratos, a revisão é realizada sobre a RAP ofertada no Leilão, mediante o recálculo do Custo de Capital de Terceiros ( $r_p$ ). Neste escopo constou a revisão do Contrato de Concessão nº 001/2011 da controlada TESB que resultou em um índice de reposicionamento de **+26,71%**.

### Contrato de concessão nº 4/2021 - ANEEL:

Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na SE 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação dos ativos está prevista para 2024 e a RAP que a Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão é de R\$ 11.106.511,48 (onze milhões, cento e seis mil, quinhentos e onze reais e quarenta e oito centavos), conforme RAP Homologada atualizada para o Ciclo 2022-2023.

## 3. Desempenho operacional

### Desempenho no segmento de transmissão de energia elétrica

A CPFL Transmissão tem apresentado excelente desempenho técnico-operacional no decorrer dos últimos anos.

### Energia Não Suprida ("ENS")

O indicador de ENS consiste na análise do quantitativo da energia interrompida por indisponibilidade de ativos de transmissão e, portanto, constata o impacto efetivo da indisponibilidade para a sociedade. Em 2022 o ENS totalizou 975,72 MWh, comparado a 1.005,44 MWh em 2021, representando uma redução de 2,96%.

### Parcela Variável ("PV") descontada

A PV Descontada consiste na relação percentual dos descontos de PV efetivados sobre a base do Faturamento Mensal da Transmissora. Tais dados são disponibilizados mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). Em 2022, a PV incidente totalizou 0,916%, comparado a 0,696% em 2021, representando um aumento de 31,6%.

Realizando uma análise comparativa do desempenho operacional do segmento de transmissão de energia elétrica, entre as nove concessionárias de transmissão do país que



tiveram suas concessões renovadas, no ano de 2022, novamente a CPFL Transmissão teve um desempenho destacado ao apresentar o segundo melhor resultado.

## 4. Desempenho econômico-financeiro

### Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 2.063 milhões, representando um aumento de 37,1% (R\$ 558 milhões), devido principalmente a: (i) ajuste na margem de construção no IFRS (R\$ 386 milhões); (ii) do aumento de 81,1% (R\$ 101 milhões) na receita com construção da infraestrutura da concessão e (iii) reajuste anual da RAP das transmissoras que representou uma variação de 10,63% (R\$ 93 milhões) (na receita de remuneração do ativo contratual). Esses efeitos foram compensados por uma variação negativa de R\$ 22 milhões nos demais itens.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 253 milhões, apresentando uma redução de 0,8% (R\$ 2 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.809 milhões, um aumento 44,9% (R\$ 560 milhões).

### Geração operacional de caixa — EBITDA

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 1.164 milhões, um aumento de 179,7% (R\$ 748 milhões), devido a uma melhora de 44,9% (R\$ 560 milhões) na receita operacional líquida e por uma redução de 51,4% (R\$ 343 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- Redução de 6,7% (R\$ 14 milhões) nas despesas com pessoal;
- Aumento de 5,4% (R\$ 4 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- Variação positiva (ganho) de R\$ 292 milhões em outros custos/despesas operacionais;
- Redução de 38,0% (R\$ 40 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

Em contrapartida, houve um aumento de 50,2% (R\$ 108 milhões) no custo com construção da infraestrutura e uma redução de 92,4% (R\$ 46 milhões) na equivalência patrimonial.

#### Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2022	2021
<b>Lucro Líquido</b>	<b>905.788</b>	<b>36.860</b>
Depreciação e amortização	10.990	17.856
Resultado financeiro	(3.704)	45.973
Contribuição social	66.589	80.469
Imposto de renda	184.745	235.097
<b>EBITDA</b>	<b>1.164.408</b>	<b>416.256</b>

\*Conforme Resolução CVM nº 156/22.



### **Lucro líquido**

Em 2022, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 906 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 37 milhões no ano anterior, uma alta de R\$ 869 milhões), refletindo principalmente: (i) o aumento de 179,7% (R\$ 748 milhões) no EBITDA; (ii) a redução de 20,4% (R\$ 64 milhões) no imposto de renda e contribuição social, (iii) a melhora de R\$ 50 milhões no resultado financeiro, e (iv) a redução de 38,5% (R\$ 7 milhões) na depreciação e amortização.

### **Endividamento**

No final de 2022, a dívida financeira bruta da Companhia atingiu R\$ 1.061 milhões, apresentando um aumento de 56,2%.

## **5. Investimentos**

Em 2022, foram realizados investimentos de R\$ 307 milhões, para a manutenção e expansão do negócio. Incluso nesse valor estão os investimentos realizados pela controlada Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB, que totalizaram R\$ 47 milhões em 2022.

A principal oportunidade de alocação de capital da CPFL Transmissão no momento é por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL e a Companhia já possui autorizações para investimentos no montante de, aproximadamente, R\$ 1.200 milhões, para execução nos próximos anos.

## **6. Mercado de capitais**

Neste ano, na sequência do processo de aquisição da Companhia, ocorreu a OPA Mandatória, visando os 33,92% de suas ações em circulação (*free float*), com o leilão sendo realizado na B3 em 6 de abril de 2022. Como resultado, a CPFL Cone Sul passou a deter 99,26% do capital social total da Companhia.

Em 25 de julho de 2022 ocorreu uma AGE, em que foi aprovada a saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Dessa forma, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no Segmento Básico de listagem da B3, a partir de 27 de julho de 2022.

Em 18 de novembro de 2022, ocorreu o leilão da OPA de Deslistagem, onde a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 9.592.444 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 99,32% do seu capital social total.

Em 30 de novembro de 2022, a conversão de registro da Categoria "A", para Categoria "B" foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Dessa forma, as ações de emissão da Companhia passaram a não ser mais admitidas a negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Tendo em vista a conclusão da OPA de Deslistagem e o fato de as ações em circulação representarem à época menos que 5% do total de ações de emissão da Companhia, foi convocada e realizada uma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, em 7 de dezembro de 2022, onde foi deliberado e aprovado o resgate compulsório das ações



em circulação remanescentes. Em nova AGE da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2022, as ações resgatas foram canceladas. Com isso, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 100% do capital social total da CPFL Transmissão.

## 7. Sustentabilidade e aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Transmissão desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

**Plano ESG 2030:** aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Plataforma de Sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

**Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

**Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri) > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

**Gestão Ambiental:** nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos socioambientais, consolidada na forma de programas aprovados pelos órgãos ambientais e executados nas fases de implantação e operação dos empreendimentos, em conformidade com a legislação e com as licenças ambientais.

## 8. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Transmissão para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:



### **Natureza**

---

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

---

Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2022

---

Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)

---

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## **9. Agradecimentos**

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

***A Administração***

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**





## SUMÁRIO

### **Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas**

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados	3
Demonstração dos Resultados Individuais e Consolidados	4
Demonstração dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidados	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidados	8
Demonstração dos Valores Adicionados Individuais e Consolidados	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras Individuais e consolidadas	10
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	49

**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**  
**Balancos patrimoniais em dezembro 2022 e 2021**  
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	215.857	741.923	268.915	747.166
Investimentos em Títulos do Governo	6	46.744	108.121	46.744	108.121
Concessionárias e Permissionárias	7	113.166	99.200	116.244	100.981
Tributos a Compensar	8	47.483	20.472	47.587	20.576
Estoques		38.820	32.632	38.820	32.632
Empréstimos a receber	10	-	187.180	-	187.180
Ativo Contratual	11	555.713	696.944	573.783	723.810
Outros Créditos a Receber	9	55.944	66.472	55.984	58.188
<b>Total do circulante</b>		<b>1.073.727</b>	<b>1.952.944</b>	<b>1.148.077</b>	<b>1.978.654</b>
<b>Não circulante</b>					
Tributos a Compensar	8	16.242	1	16.242	1
Depósitos Judiciais		116.984	72.333	149.347	101.586
Investimentos em Títulos do Governo	6	9.256	-	9.256	-
Ativo Contratual	11	3.039.014	2.060.736	3.289.346	2.375.764
Outros Créditos a Receber	9	2.959	4.141	2.959	4.141
Investimentos	12	259.204	128.021	17.848	16.050
Imobilizado	13	85.174	86.715	85.187	86.731
Direito de Uso	13.1	6.532	4.853	6.532	4.853
Intangível	14	11.232	19.004	11.232	19.004
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.546.597</b>	<b>2.375.804</b>	<b>3.587.949</b>	<b>2.608.130</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.620.324</b>	<b>4.328.748</b>	<b>4.736.026</b>	<b>4.586.784</b>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	15	69.495	29.992	72.391	32.904
Obrigações Trabalhistas	16	19.966	50.799	19.966	50.812
Obrigações Fiscais	17	58.640	54.092	62.156	55.518
Empréstimos e Financiamentos	18	4.179	656.088	4.179	656.088
Debêntures	19	78.937	-	78.937	-
Entidade de Previdência Privada	20	70.355	102.178	70.355	102.178
Obrigações da Concessão	21	37.124	36.735	37.360	36.990
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	22	9.321	27.797	9.321	27.797
Outros Passivos	24	43.472	40.885	43.850	40.885
Dividendos Obrigatórios e Juros Sobre Capital Próprio	25.5	227.069	8.858	227.069	8.858
<b>Total do circulante</b>		<b>618.558</b>	<b>1.007.424</b>	<b>625.584</b>	<b>1.012.030</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e Financiamentos	18	19.552	23.591	19.552	23.591
Debêntures	19	958.298	-	958.298	-
Entidade de Previdência Privada	20	408.023	706.184	408.023	706.184
Obrigações Fiscais	17	-	4.921	4.921	5.218
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	22	251.716	171.893	271.094	189.222
Obrigações da Concessão	21	57.191	59.964	57.191	59.964
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23	481.260	284.063	481.260	284.063
Outros Passivos	24	60.901	53.375	140.305	277.390
<b>Total do não circulante</b>		<b>2.236.941</b>	<b>1.299.070</b>	<b>2.340.644</b>	<b>1.545.632</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>25</b>				
Capital Social		981.343	981.343	981.343	981.343
Reserva de Capital		(16.148)	-	(16.148)	-
Outros Resultados Abrangentes		(300.055)	(601.721)	(300.055)	(601.721)
Reserva Legal		112.499	67.091	112.499	67.091
Reserva Lucro a realizar		59.887	-	59.887	-
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído		354.367	1.153.883	354.367	1.153.883
Reserva de Incentivos Fiscais		-	421.658	-	421.658
Dividendo		572.931	-	572.931	-
		1.764.824	2.022.254	1.764.824	2.022.254
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	4.973	6.868
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.764.824</b>	<b>2.022.254</b>	<b>1.769.797</b>	<b>2.029.122</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>4.620.324</b>	<b>4.328.748</b>	<b>4.736.026</b>	<b>4.586.784</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em dezembro 2022 e 2021**  
(em milhares de reais, exceto para o lucro por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Receita Operacional líquida</b>	<b>27</b>	<b>1.784.277</b>	<b>1.211.677</b>	<b>1.809.228</b>	<b>1.248.915</b>
Custo de Operação	28	(254.063)	(308.743)	(308.101)	(328.845)
Depreciação e Amortização		(2.456)	(9.362)	(2.459)	(9.362)
Outros custos com Operação		(251.607)	(299.381)	(305.642)	(319.483)
<b>Custo com serviço prestado a terceiros</b>	<b>28</b>	<b>(198.376)</b>	<b>(103.443)</b>	<b>(240.069)</b>	<b>(216.332)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>1.331.838</b>	<b>799.491</b>	<b>1.261.058</b>	<b>703.738</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>28</b>	<b>(101.224)</b>	<b>(387.638)</b>	<b>(103.908)</b>	<b>(494.496)</b>
Despesas com Vendas		(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
Despesas Gerais e Administrativas		(103.252)	(94.116)	(105.936)	(97.581)
Depreciação e amortização		(8.523)	(9.108)	(8.523)	(9.108)
Outras despesas Gerais e Administrativas		(94.729)	(85.008)	(97.413)	(88.473)
Outras Despesas Operacionais		8.838	(290.421)	8.838	(393.813)
Outras despesas operacionais		8.838	(290.421)	8.838	(393.813)
Outras Receitas	29	13.029	171.875	13.029	171.875
Outras Despesas	29	(32.291)	(33.031)	(20.579)	(33.031)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>1.211.352</b>	<b>550.697</b>	<b>1.149.600</b>	<b>348.086</b>
Resultado de Participações Societárias		(54.219)	(140.660)	3.818	50.310
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>1.157.133</b>	<b>410.037</b>	<b>1.153.418</b>	<b>398.396</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>30</b>				
Receitas Financeiras		173.156	159.666	177.011	160.666
Despesas Financeiras		(172.743)	(206.409)	(173.307)	(206.639)
		<b>413</b>	<b>(46.743)</b>	<b>3.704</b>	<b>(45.973)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>1.157.546</b>	<b>363.294</b>	<b>1.157.122</b>	<b>352.423</b>
Contribuição Social	23.4	(66.005)	(80.190)	(66.589)	(80.468)
Imposto de renda	23.4	(183.375)	(234.526)	(184.745)	(235.095)
		<b>(249.380)</b>	<b>(314.716)</b>	<b>(251.334)</b>	<b>(315.563)</b>
<b>Resultado líquido das operações continuadas (Transmissão)</b>		<b>908.166</b>	<b>48.578</b>	<b>905.788</b>	<b>36.860</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas (Geração)</b>		<b>-</b>	<b>37.009</b>	<b>-</b>	<b>37.009</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>908.166</b>	<b>85.587</b>	<b>905.788</b>	<b>73.869</b>
Lucro líquido atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	908.166	85.587
Lucro líquido atribuído ao Acionista Não Controlador		-	-	(2.378)	(11.715)
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$		94,68	5,03	94,43	3,82
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$		94,68	5,03	94,43	3,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA - CEEE-T**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os para os exercícios findos em dezembro**  
**2022 e 2021**  
(em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>908.166</b>	<b>48.578</b>	<b>905.788</b>	<b>36.860</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>301.667</b>	<b>556.067</b>	<b>301.667</b>	<b>556.067</b>
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.371)	(33.692)	(5.371)	(33.692)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	1.826	7.202	1.826	7.202
Ganhos (Perdas) Atuariais	305.212	590.657	305.212	590.657
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(8.101)	-	(8.101)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.209.833</b>	<b>604.645</b>	<b>1.207.455</b>	<b>592.927</b>
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora			1.209.833	604.645
Atribuído ao Acionista Não Controlador			(2.378)	(11.717)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em dezembro 2022 e 2021**  
(em milhares de reais)

	Reserva de Lucro											
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucro a realizar	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos	Dividendo	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.565.633</b>	-	<b>421.658</b>	-	<b>67.091</b>	<b>1.641.080</b>	-	-	<b>(1.157.787)</b>	<b>2.537.675</b>	<b>18.583</b>	<b>2.556.258</b>
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	85.587	-	85.587	(11.715)	73.868
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.490)	(26.490)	-	(26.490)
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	-	-	-	-	(104.157)	590.657	486.500	-	486.500
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(104.157)	564.167	460.010	-	460.010
Cisão CEEE-GT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes ativos e passivos pela cisão	(584.290)	-	-	-	-	(133.650)	-	(38.407)	(6.791)	(763.137)	-	(763.137)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	1.985	(1.985)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	675	675	-	675
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(70.854)	-	-	-	(70.854)	-	(70.854)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(227.701)	-	-	-	(227.701)	-	(227.701)
Destinação do Resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	(54.992)	-	54.992	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>981.343</b>	-	<b>421.658</b>	-	<b>67.091</b>	<b>1.153.883</b>	-	-	<b>(601.721)</b>	<b>2.022.254</b>	<b>6.868</b>	<b>2.029.122</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>908.166</b>	<b>301.666</b>	<b>1.209.832</b>	<b>(2.378)</b>	<b>1.207.454</b>
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	908.166	-	908.166	(2.378)	905.788
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.546)	(3.546)	-	(3.546)
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	305.212	305.212	-	305.212
<b>Mutação internas do patrimônio líquido</b>	-	-	-	<b>59.887</b>	<b>45.408</b>	-	-	<b>(105.295)</b>	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	45.408	-	-	(45.408)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	-	59.887	-	-	-	(59.887)	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	<b>(16.148)</b>	<b>(421.658)</b>	-	-	<b>(799.516)</b>	<b>572.931</b>	<b>(802.870)</b>	-	<b>(1.467.261)</b>	<b>482</b>	<b>(1.466.778)</b>
Transferência de saldos de reserva fiscal	-	-	(421.658)	-	-	421.658	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	-	(482)	-	-	-	-	-	-	-	(482)	482	-
Resgate compulsório de ações	-	(15.666)	-	-	-	-	-	-	-	(15.666)	-	(15.666)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(1.221.174)	-	-	-	(1.221.174)	-	(1.221.174)
Juros sobre capital próprio - AGE 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	(95.000)	-	(95.000)	-	(95.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	572.931	(572.931)	-	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(134.939)	-	(134.939)	-	(134.939)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>981.343</b>	<b>(16.148)</b>	-	<b>59.887</b>	<b>112.499</b>	<b>354.367</b>	<b>572.931</b>	-	<b>(300.055)</b>	<b>1.764.824</b>	<b>4.973</b>	<b>1.769.798</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em dezembro 2022 e 2021**

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Lucro líquido das operações continuadas</b>	<b>908.166</b>	<b>48.578</b>	<b>905.788</b>	<b>36.860</b>
<b>Ajustes:</b>				
Depreciação e amortização	(4.650)	21.991	(4.647)	21.991
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	3.158	(129.906)	3.158	(129.906)
Resultado de Equivalência Patrimonial	54.219	124.079	(3.818)	(65.913)
Provisão para contingências	54.131	105.455	56.180	122.080
Provisão Para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	6.810	(156)	6.810	(156)
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	(7.465)	(20.625)	(7.465)	(20.625)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	70.901	64.395	70.901	64.394
Imposto de Renda e Contribuição Social	249.380	144.899	251.334	144.900
Varição do Ativo Contratual	(1.194.712)	(126.150)	(1.090.334)	(131.423)
Outros	(36.619)	-	57.684	-
	<b>103.319</b>	<b>232.560</b>	<b>245.591</b>	<b>42.202</b>
<b>Variações nos Ativos e Passivos Operacionais</b>				
<b>(Aumento) redução dos ativos:</b>				
Concessionárias e Permissionárias	(19.090)	12.496	(20.387)	12.483
Tributos a recuperar	(42.009)	(2.739)	(42.009)	(2.678)
Estoques	(6.188)	(20.235)	(6.188)	(20.235)
Empréstimos a Receber	198.789	125.836	198.789	125.836
Ativo Contratual	634.705	197	650.350	92.028
Depósitos judiciais	(44.651)	(15.434)	(47.761)	(16.078)
Outros ativos	(2.695)	(21.768)	(11.017)	(15.806)
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>				
Fornecedores	39.503	4.959	39.487	5.944
Obrigações fiscais	7.521	204.299	7.360	205.020
Obrigações trabalhistas a pagar	(30.833)	19.615	(30.846)	19.607
Obrigações da concessão	516	41.516	497	41.620
Outras contas a pagar	10.113	83.453	(134.120)	308.393
Provisão para Benefícios a Empregados	(82.456)	1.405	(82.456)	1.404
IRPJ e CSLL pagos	(67.579)	(168.160)	(67.579)	(169.191)
	<b>595.646</b>	<b>265.440</b>	<b>454.119</b>	<b>588.347</b>
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(47.409)	(20.513)	(47.409)	(20.513)
Pagamento de contingências judiciais	(14.031)	(28.805)	(14.031)	(29.112)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>637.525</b>	<b>448.682</b>	<b>638.270</b>	<b>580.924</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(93.601)	59.738	-	(8.330)
Dividendos Recebidos	3.557	3.205	3.557	3.206
Alienação de Investimento	-	300.652	-	300.653
Investimentos em Títulos do Governo	54.214	-	54.214	-
Aumento do Ativo Contratual	(223.819)	(103.443)	(229.685)	(179.748)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(37.018)	(20.845)	(77.682)	(20.846)
Adições no Intangível	(40)	(1.352)	(40)	(974)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(296.707)</b>	<b>237.955</b>	<b>(249.636)</b>	<b>93.961</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(590.367)	(51.086)	(590.367)	(51.085)
Captação de Empréstimos e Debêntures	957.801	-	957.801	-
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital próprio	(1.218.652)	(137.589)	(1.218.652)	(137.585)
Reestruturação societária	-	(349.292)	-	(342.435)
Resgate compulsório de ações	(15.666)	-	(15.666)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(866.884)</b>	<b>(537.967)</b>	<b>(866.884)</b>	<b>(531.105)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(526.066)</b>	<b>148.670</b>	<b>(478.251)</b>	<b>143.780</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>741.923</b>	<b>593.253</b>	<b>747.166</b>	<b>603.386</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>215.857</b>	<b>741.923</b>	<b>268.915</b>	<b>747.166</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**

**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em dezembro 2022 e 2021**

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>1 - Receita</b>	<b>2.037.853</b>	<b>1.632.501</b>	<b>2.085.597</b>	<b>1.676.844</b>
1.1 Receita Operacional Bruta	2.000.742	1.447.518	2.048.486	1.491.862
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
1.3 Outras Receitas	43.921	188.085	43.921	188.085
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(298.309)</b>	<b>(201.321)</b>	<b>(441.049)</b>	<b>(326.397)</b>
2.1 Material	(3.952)	(3.927)	(3.958)	(5.165)
2.2 Serviços de Terceiros	(62.741)	(60.101)	(73.185)	(68.064)
2.3 Outros Custos Operacionais	-	(1.186)	-	(1.186)
2.4 Custo de Construção	(198.376)	(103.443)	(329.660)	(179.747)
2.5 Outras Despesas Operacionais	(33.240)	(32.664)	(34.245)	(72.234)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>1.739.544</b>	<b>1.431.180</b>	<b>1.644.548</b>	<b>1.350.447</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(1.367)</b>	<b>(308.187)</b>	<b>33.273</b>	<b>(427.885)</b>
4.1 Depreciação e Amortização	(7.036)	(11.668)	(7.039)	(11.668)
4.2 Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(3.943)	(6.186)	(3.943)	(6.186)
4.3 Provisões	9.612	(290.334)	44.255	(410.031)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>1.738.177</b>	<b>1.122.993</b>	<b>1.677.821</b>	<b>922.562</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>118.937</b>	<b>19.006</b>	<b>180.829</b>	<b>210.976</b>
6.1 Resultado de Participações Societárias	(54.219)	(140.660)	3.818	50.310
6.2 Receitas Financeiras	173.156	159.666	177.011	160.665
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>1.857.114</b>	<b>1.141.999</b>	<b>1.858.651</b>	<b>1.133.538</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>238.708</b>	<b>285.113</b>	<b>238.833</b>	<b>285.513</b>
8.1.1 Remuneração Direta	113.190	155.349	113.190	155.736
8.1.2 Benefícios	51.486	15.192	51.487	15.206
8.1.3 Plano de Benefícios Previdenciais	58.391	95.674	58.495	95.674
8.1.4 Compromissos Previdenciais	6.845	7.975	6.866	7.975
8.1.5 FGTS	8.795	10.922	8.795	10.922
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>531.830</b>	<b>599.840</b>	<b>534.795</b>	<b>602.466</b>
8.2.1 Federais	520.951	597.901	523.740	600.527
8.2.2 Estaduais	17	33	17	33
8.2.3 Municipais	10.862	1.906	11.038	1.906
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>178.410</b>	<b>208.469</b>	<b>179.235</b>	<b>208.699</b>
8.3.1 Despesas de Locações	5.701	2.059	5.853	2.059
8.3.2 Despesas Financeiras	172.709	206.410	173.382	206.640
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>908.166</b>	<b>48.578</b>	<b>905.788</b>	<b>36.860</b>
8.4.1 Juros sobre Capital Próprio	95.000	-	95.000	-
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	707.870	-	707.870	-
8.4.3 Reserva de Lucro	105.295	48.578	102.917	36.860
	<b>1.857.114</b>	<b>1.141.999</b>	<b>1.858.651</b>	<b>1.133.538</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas:

**Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL**

Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 – RBNI e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 – Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 13, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinquenal da receita anual permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042.

**Contrato de Concessão nº 080/2002 – ANEEL**

Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato.

A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica.

**Contrato de Concessão Nº 04/2021 - ANEEL**

Em 2021 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O prazo estabelecido para energização é até 30 de setembro de 2024 e a RAP de R\$ 9.234 será auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações.

**Contrato de Concessão Nº 0001/2011 – ANEEL**

Em 2011 a Controlada TESB firmou o contrato para a construção, operação e manutenção de cinco linhas de transmissão e quatro subestações, referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041, 30 anos a partir da data de assinatura do contrato.

## 1.1 **Mudanças Climáticas CPFL**

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro\* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

\*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3.

## **(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### 2.1 **Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e sua controlada também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Energia Elétrica Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2023.

### 2.2 **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 34 de Instrumentos Financeiros.

### 2.3 **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 11 – Ativo contratual;
- Nota 18 – Empréstimos e financiamentos;
- Nota 19 – Debêntures;
- Nota 20 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 22 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos; e
- Nota 23 – Créditos e débitos fiscais diferidos.

#### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

#### **2.5 Informações por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo está a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e alocam os recursos necessários

#### **2.6 Informações sobre participações societárias**

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 12. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB) é consolidada de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e as demais coligadas são registradas pelo método de custo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida na controlada TESB.

#### **2.7 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

### **(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

#### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

### 3.2 Ativo Contratual da Concessão

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão.

O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão remunerados através da Receita Anual Permitida de Transmissão (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão e condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A amortização do Ativo Contratual é estimada de forma a cobrir a remuneração do ativo e a reintegração dos investimentos realizados.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, a Companhia esclarece que:

- I. Para fins do consolidado a Companhia apresenta margens negativas de construção, implícita no custo, em função dos atrasos de obras e custos acima do orçado verificados na subsidiária TESB. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. Para os demais contratos do grupo a Companhia a Administração possui margem de construção entre 6% e 29%.
- II. A companhia reconhece margem de operação e manutenção de até 45%.
- III. A atualização monetária do Ativo Contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida em cada projeto, determinada através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão após alocação de suas devidas margens. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 12% a.a.

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### 3.3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

#### Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

**Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

**Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados

abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**Custo amortizado:** um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 34). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo

contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

### 3.3.2 Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

i. **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

ii. **Mensurados ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 34.

### 3.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

### 3.5 Imobilizado e atividades não vinculadas à concessão

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que os mesmos estejam em condição de operar, assim como os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estejam instalados e os custos de juros sobre financiamentos para a sua aquisição, respeitando o limite regulatório.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que retorne com os benefícios econômicos esperados e que possa ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente substituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme são incorridos.

A depreciação é calculada linearmente com taxas anuais variáveis 3,33% até 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme as orientações do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação e baixa de um ativo imobilizado são registrados no resultado na mesma competência em que os recursos advindos da alienação ocorram.

A Companhia possui em seu acervo patrimonial uma série de bens administrativos e outros não vinculados ao serviço da concessão, sendo estes bens destinados à sua utilização própria.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação

depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

### 3.6 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como por exemplo os direitos de uso de softwares e servidões de passagem para as linhas de transmissão.

### 3.7 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

#### Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 / CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (Expected Credit Losses), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - Probability of Default), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - Exposure At Default) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - Loss Given Default).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas às concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

### 3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### 3.9 Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

### 3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com o ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76, para sociedades anônimas, pode ser provisionado como exigível, de forma que o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após sua aprovação pelo órgão competente.

Conforme definido no Contrato Social da Companhia e em consonância com a legislação vigente, compete à Reunião do conselho da Administração a declaração de dividendo intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Reunião do conselho da Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### 3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita do contrato de concessão sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência.



### **3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto corrente no caso de contrato de concessão de serviços públicos, o lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento.

Para fins dos pagamentos mensais determinados sobre a base de cálculo estimada de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a concessionária poderá considerar como receita o montante efetivamente recebido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.13 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

### **3.14 Arrendamentos**

De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo prazo estabelecido em contrato e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

### **3.15 Base de consolidação**

#### **Controlada e coligadas**

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para as coligadas, este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento da aquisição.

As políticas contábeis das controladas e das coligadas consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de sua controlada. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para a controlada.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controlada, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos das coligadas, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.

### **Aquisição de participação de acionistas não-controladores**

É registrada como transação entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

### **3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis**

A partir de 1º de janeiro de 2022, a Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 / IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1), sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27 / IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

### **3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

#### **(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23 / IAS 8)**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativa contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação as demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

#### **(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26 / IAS 1)**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

#### **(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32 / IAS 12)**

Em maio de 2021 o IASB emitiu alterações ao IAS 12 (norma correlata ao CPC 32), na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

#### **(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 / IAS 1)**

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Ativo contratual

O valor justo do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 34).

#### **(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos bancários	(240)	840	(234)	1.209
Título de crédito privado (*)	216.097	741.083	269.149	745.957
<b>Total</b>	<b>215.857</b>	<b>741.923</b>	<b>268.915</b>	<b>747.166</b>

(\*) Corresponde a títulos de crédito privado de operação de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) montante de R\$ 216.097 (R\$ 741.083 em 31 de dezembro de 2021), tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 103,10% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) para CDB e 90,87% do CDI para Operações Compromissadas.

#### **(6) INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO**

Refere-se a investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B), com as seguintes características:

- i. Data-base: 15 de julho de 2000;
- ii. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- iii. Modalidade: nominativa e negociável;
- iv. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- v. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- vi. Pagamento do principal em parcela única, na data de vencimento do título e dos juros semestralmente com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

O investimento é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

### Forma de atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal e atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios de 6% a.a., calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

### Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>121.188</b>	<b>24.769</b>	<b>12.477</b>	<b>8.466</b>	<b>(2.879)</b>
Atualização pela taxa efetiva	13.817	-	-	13.817	-
Valorização do valor justo	(21.183)	-	(21.183)	-	-
Juros Recebidos	(5.701)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	(2.505)	7.202	-	(4.698)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>108.121</b>	<b>22.264</b>	<b>(1.504)</b>	<b>13.817</b>	<b>(4.698)</b>
Atualização pela taxa efetiva	7.465	-	-	7.465	-
Valorização do valor justo	(10.181)	-	(10.181)	-	-
Juros Recebidos	-	-	4.810	-	-
Venda do ativo financeiro	(49.404)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	2.676	1.826	-	(4.502)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>56.000</b>	<b>24.940</b>	<b>(5.049)</b>	<b>7.465</b>	<b>(4.502)</b>
<b>Circulante</b>	<b>46.744</b>				
<b>Não Circulante</b>	<b>9.256</b>				

Conforme divulgado na nota 18, as NTN-Bs estão vinculadas às garantias do empréstimo com o BNDES.

### (7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos Vincendos	Vencidos		Total		Saldos Vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	112.052	1.114	9.076	122.242	103.152	115.064	1.145	9.111	125.320	104.933
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	112.052	1.114	9.076	122.242	103.152	115.064	1.145	9.111	125.320	104.933
<b>Total</b>				<b>(9.076)</b>	<b>(3.952)</b>				<b>(9.076)</b>	<b>(3.952)</b>
				<b>113.166</b>	<b>99.200</b>				<b>116.244</b>	<b>100.981</b>

Referem-se basicamente aos valores a receber de concessionárias e permissionárias referente ao uso do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), com valores autorizados pelas Resoluções Homologatórias das RAPs, e pelos faturamentos dos contratos de conexão firmados com os acessantes ao sistema.

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 34.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 9)	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(4.108)</b>	<b>(20.536)</b>	<b>(24.644)</b>
Reestruturação societária	11	17.292	17.303
Provisão revertida (constituída) líquida	145	(4.326)	(4.181)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(3.952)</b>	<b>(7.569)</b>	<b>(11.521)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(5.124)	(1.686)	(6.810)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(9.076)</b>	<b>(9.255)</b>	<b>(18.331)</b>
Circulante	(9.076)	(9.255)	(18.331)

#### (8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b><u>Circulante</u></b>				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.770	2.274	13.852	2.356
IRPJ Saldo Negativo	20.338	11.509	20.340	11.511
CSLL Saldo Negativo	10.832	5.754	10.832	5.754
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>44.941</b>	<b>19.537</b>	<b>45.025</b>	<b>19.621</b>
Programa de integração social - PIS	316	109	318	111
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.484	531	1.484	531
Instituto nacional de seguridade social - INSS	313	218	313	218
Outros	429	77	447	95
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>2.542</b>	<b>935</b>	<b>2.562</b>	<b>955</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>47.483</b>	<b>20.472</b>	<b>47.587</b>	<b>20.576</b>
<b><u>Não circulante</u></b>				
Imposto de renda a compensar	16.242	-	16.242	-
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>16.242</b>	<b>-</b>	<b>16.242</b>	<b>-</b>
Outros	-	1	-	1
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>16.242</b>	<b>1</b>	<b>16.242</b>	<b>1</b>

## (9) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	8.601	7.486	8.601	7.486
Adiantamento a Fornecedores/Empregados	3.447	5.422	3.486	8.860
Serviços Prestados	9.310	2.646	9.310	2.646
Dividendos a Receber	763	2.108	763	2.108
Custos a Reembolsar	1.440	23.242	1.440	11.469
Alienação de Bens e Serviços	1.521	548	1.521	548
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	17.855	7.871	17.855	7.871
Pagamentos Antecipados	2.177	1.862	2.177	1.862
(-) Provisão Para Créditos De Liquidação Duvidosa	(9.255)	(7.569)	(9.255)	(7.518)
Outros Devedores	20.085	22.856	20.085	22.856
<b>Total Circulante</b>	<b>55.944</b>	<b>66.472</b>	<b>55.984</b>	<b>58.188</b>
<b>Não circulante</b>				
Bens e Direitos Destinados à Alienação/Renda	2.827	2.827	2.827	2.827
Outros	132	1.314	132	1.314
<b>Total não circulante</b>	<b>2.959</b>	<b>4.141</b>	<b>2.959</b>	<b>4.141</b>

**Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** - refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL.

**Custos a Reembolsar** - refere-se aos contratos de prestação de serviços que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

## (10) Empréstimos

Refere-se a contrato assinado em 2014 com a então parte relacionada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) – devedora com aditivos e refinanciamentos, todos aprovados pela ANEEL.

Em maio de 2020, um novo refinanciamento foi firmado entre a Companhia e a CEEE-D, no montante de R\$ 359.333, com pagamento em 24 parcelas mensais e consecutivas. Os encargos financeiros foram calculados mediante aplicação de 100% da variação do certificado Interbancário (CDI). O contrato foi liquidado em agosto de 2022.

Em 2022, a CEEE-D pagou a CEEE-T o montante de R\$ 198.789 (R\$ 135.285 em 2021). O saldo do Contrato de Mútuo era corrigido mensalmente pela CDI.

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo Inicial</b>	187.180	313.016
Apropriação e Encargos	11.609	9.449
Recebimento de Encargos	(12.129)	(9.093)
Recebimento Principal	(186.660)	(126.192)
<b>Saldo Final</b>	<b>-</b>	<b>187.180</b>

## (11) ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como “Ativo Contratual” a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo.

A Administração avalia também que as novas receitas relacionadas aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às resoluções autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados.

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como seguem:

	Controladora					Consolidado		
	Contrato 080/2002	Contrato 055/2001	Contrato 055/2001	Contrato 004/2021	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011	Total	
	Lote A	RBSE	RBNI	Lote 6	Geração	TESB		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>45.087</b>	<b>1.470.767</b>	<b>1.012.430</b>	-	<b>109.138</b>	<b>2.637.423</b>	<b>352.147</b>	<b>2.989.570</b>
(+) Adições	-	-	103.443	-	-	103.443	76.305	179.748
(+) Remuneração	21.467	339.691	167.734	-	921	529.813	16.530	546.343
(+) Atualização monetária	8.134	166.747	101.280	-	-	276.161	-	276.161
(-) Baixas	-	-	(3.981)	-	-	(3.981)	-	(3.981)
(-) Amortização do exercício	(13.413)	(453.401)	(208.305)	-	(1.805)	(676.924)	(11.257)	(688.181)
(-) Ajustes pela Cisão	-	-	-	-	(108.057)	(108.057)	-	(108.057)
(-) Outros	-	-	-	-	(197)	(197)	(91.831)	(92.028)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>61.276</b>	<b>1.523.804</b>	<b>1.172.600</b>	-	-	<b>2.757.680</b>	<b>341.894</b>	<b>3.099.574</b>
(+) Adições	-	-	223.891	53.149	-	277.040	46.530	323.570
(+) Remuneração	25.709	330.026	167.150	846	-	523.731	15.765	539.496
(+) Atualização Monetária	54.877	210.767	84.656	-	-	350.300	1.093	351.393
(-) Baixas	-	-	(109)	-	-	(109)	-	(109)
(-) Amortização do exercício	(13.999)	(421.674)	(198.923)	-	-	(634.596)	(15.645)	(650.241)
(+/-) Outros (11.1)	-	54.036	266.645	-	-	320.681	(121.236)	199.445
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>127.863</b>	<b>1.696.959</b>	<b>1.715.910</b>	<b>53.995</b>	-	<b>3.594.727</b>	<b>268.402</b>	<b>3.863.129</b>
<b>Circulante</b>	<b>20.448</b>	<b>356.952</b>	<b>178.312</b>	-	-	<b>555.713</b>	<b>18.070</b>	<b>573.783</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>107.415</b>	<b>1.340.007</b>	<b>1.537.597</b>	<b>53.995</b>	-	<b>3.039.014</b>	<b>250.332</b>	<b>3.289.346</b>

A Receita Anual Permitida (RAP), para o ciclo 2022/2023 esta vigente desde 1º de julho de 2022 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.067/2022 para os contratos de concessão de transmissão: (i) nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNI), é de R\$ 220.002, para as operações sobre rede básica existente (RBSE), é de R\$ 713.598, a Parcela de Ajuste (PA) é de (R\$ 16.359), (ii) nº 080/2002, é de R\$ 22.438 e (iii) nº 0004/2021 está em etapa pré-operacional com RAP prevista de R\$ 9.609.

Para o contrato 0001/2011 da controlada TESB, a RAP vigente para o ciclo 2022/2023 é de R\$ 27.924, com RAP adicional prevista de R\$ 13.590 na medida em que as obras forem concluídas.

Em 08 de julho de 2022 a ANEEL, através do despacho nº 1.844, suspendeu o despacho nº1.762 de 01 de julho de 2022 que concedeu medida cautelar de suspensão sobre a eficácia da REH nº2.258 de 2017, não implicando em qualquer efeito para fins de demonstração financeira. A Companhia se mantém ativa e acompanhando qualquer atualização sobre o tema.

#### **11.1) Outros - Ganho ou perda em função da revisão tarifária periódica – RTP e ganho ou perda por eficiência ou ineficiência na construção de infraestrutura de transmissão.**

Embasado nas normas vigentes de reconhecimento e mensuração do ativo de contrato, os eventos críticos relacionados a mensuração e reconhecimento do ativo de contrato devem ser reconhecidos quando incorridos.

Durante o ano de 2022 a Administração identificou o ganho montante de R\$ 276.899, como seguem descritos os principais impactos.

- O ganho valor de R\$ 320.701 se refere a remensuração do ativo de contrato oriundo a revisão tarifária periódica – RTP do contrato de concessão 055/2001, no qual possui como base as receitas futuras associadas a rede de infraestrutura de transmissão.
- A perda no valor de R\$ 121.236 está associada diretamente a ineficiência na construção de infraestrutura do contrato de concessão 001/2011 da controlada TESB. A ineficiência no processo de construção está ligada aos atrasos nas obras e custos adicionais não estimados, tais como: variações sobre os custos de commodities, custos de servidão e negociações fundiárias, custos associados a questões ambientais e demais eventuais imprevistos durante a execução do projeto.

## **(12) INVESTIMENTOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Participações societárias permanentes</b>				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	256.314	125.132	14.959	13.161
Avaliadas pelo método de custo	2.889	2.889	2.889	2.889
	<b>259.204</b>	<b>128.021</b>	<b>17.848</b>	<b>16.050</b>



## 12.1 Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
<b>Controladas</b>				
TESB	799.856	96,85%	435.753	94,22%
<b>Coligadas</b>				
TPAE	38.146	9,65%	38.146	9,65%
ETAU	34.895	10,00%	34.895	10,00%

### Controlada - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB)

A Companhia juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. (Procable) e a Zhejiang United Engeneering CO Ltda (Zhejiang), constituíram a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB), sociedade limitada, cujo objeto social é a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão linhas e subestações pelo prazo de 30 anos.

Em abril de 2022, a Companhia integralizou o montante de R\$ 99.300 sem contraparte dos demais acionistas no aumento de capital. Assim, a participação acionária da Companhia passou de 94,22% para 96,85%

### Coligadas

#### Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE)

Sociedade de Propósito Específico com objetivo de explorar concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da linha de transmissão subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4.

#### Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU)

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai (ETAU) atua na transmissão de energia elétrica através da linha de transmissão Campos Novos – Santa Marta de 230 kV, subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e entradas de linhas e instalações associadas a essas.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

### Informações Financeiras Controladas e Coligadas

	31/12/2022		
	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
<b>Controladas</b>			
TESB	501.949	157.725	(60.415)
<b>Coligadas</b>			
TPAE	38.146	42.940	4.240
ETAU	34.895	108.151	30.144

### Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Centrais Elétricas SA - ELETROSUL	2.013	2.013
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo	876	876
	<b>2.889</b>	<b>2.889</b>



## 12.2 Movimentação dos investimentos

	Controladora							Saldos em 31/12/2022
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Integralização Capital	Perda / Ganho de investimento	AFAC	Provisão para realização de AFAC	
Controladas								
TESB	111.971	(58.038)	-	99.300	(482)	114.900	(26.297)	241.355
Coligadas								
TPAE	3.445	804	(105)	-	-	-	-	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	-	-	-	-	10.815
	<b>125.132</b>	<b>(54.219)</b>	<b>(2.020)</b>	<b>99.300</b>	<b>(482)</b>	<b>114.900</b>	<b>(26.297)</b>	<b>256.314</b>

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2022
Coligadas				
TPAE	3.445	804	(105)	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	10.815
	<b>13.161</b>	<b>3.818</b>	<b>(2.020)</b>	<b>14.959</b>

A equivalência patrimonial em 2022, R\$ 54.219, se refere aos investimentos da Companhia, sendo composto pelas investidas TESB, TP AE e ETAU.

## 12.3 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
TESB	114.900	120.600
Provisão para realização de AFAC	(26.297)	(120.600)
	<b>88.603</b>	<b>-</b>

## (13) IMOBILIZADO

	Controladora								TOTAL
	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Não vinculados à concessão	
Saldo em 31/12/2020	16.154	58.653	8.563	86.674	460	457	46.797	293.688	511.446
Adições	-	-	-	-	-	-	20.846	-	20.846
Baixas	(1.300)	-	(7.668)	(772)	(79)	(29)	(6.819)	(295.488)	(312.155)
Transferências	-	-	-	2	-	-	(2)	-	-
Ajustes pela Cisão - Custo	(14.127)	(596.582)	(98.946)	(438.085)	(1.306)	(814)	(13.742)	2.031	(1.161.571)
Depreciação	-	(2.522)	(346)	(4.227)	(244)	(57)	-	(187)	(7.583)
Baixa da depreciação	-	-	5.208	689	79	25	-	-	6.001
Ajustes pela Cisão - Depreciação	-	540.451	96.115	391.135	1.291	738	-	-	1.029.730
Saldo em 31/12/2021	727	-	2.926	35.416	201	320	47.080	44	86.715
Adições	-	-	-	-	-	-	39.187	-	39.187
Baixas	-	-	(1.289)	(9.591)	-	(2.272)	(35.488)	(4.581)	(53.221)
Depreciação	-	-	(219)	(3.044)	(160)	(45)	-	(8)	(3.476)
Baixa da depreciação	-	-	440	8.926	-	2.058	-	4.545	15.969
Saldo em 31/12/2022	727	-	1.858	31.707	41	61	50.779	-	85.174
Taxa média de depreciação 2021			3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			
Taxa média de depreciação 2022			3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			

Consolidado									
	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Não vinculados à concessão	TOTAL
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>16.154</b>	<b>58.653</b>	<b>8.563</b>	<b>86.695</b>	<b>460</b>	<b>457</b>	<b>46.797</b>	<b>293.687</b>	<b>511.466</b>
Adições				5			20.846		20.851
Baixas	(1.300)		(7.668)	(772)	(79)	(29)	(6.819)	(295.487)	(312.154)
Transferências				2			(2)		-
Ajustes pela Cisão - Custo	(14.127)	(596.582)	(98.946)	(438.085)	(1.306)	(814)	(13.742)	2.031	(1.161.571)
Depreciação		(2.522)	(346)	(4.237)	(244)	(57)	-	(187)	(7.593)
Baixa da depreciação			5.208	689	79	25	-		6.001
Ajustes pela Cisão - Depreciação		540.451	96.115	391.135	1.291	738	-		1.029.730
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>727</b>	<b>-</b>	<b>2.926</b>	<b>35.432</b>	<b>201</b>	<b>320</b>	<b>47.080</b>	<b>44</b>	<b>86.731</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	79.851	-	79.851
Baixas	-	-	(1.289)	(9.591)	-	(2.272)	(76.152)	(4.581)	(93.885)
Depreciação	-	-	(219)	(3.047)	(160)	(45)	-	(8)	(3.479)
Baixa da depreciação	-	-	440	8.926	-	2.058	-	4.545	15.968
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>727</b>	<b>-</b>	<b>1.858</b>	<b>31.720</b>	<b>41</b>	<b>61</b>	<b>50.779</b>	<b>-</b>	<b>85.187</b>
Taxa média de depreciação 2021			3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			
Taxa média de depreciação 2022			3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			

O imobilizado é composto por bens administrativos ou outros bens de utilizações geral que não são vinculados à Concessão, e assim, ficam excluídos do alcance da ITG 01(R1) / NBC TG 47.

### 13.1 DIREITO DE USO

Controladora							
Ativos de Direito de Uso	Saldo em 31/12/2020	Amortizações	Ajustes Pela Cisão	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2022
Imóveis	2.156	(80)	(1.880)	196	5.621	(456)	5.362
Terrenos	42	(2)	(40)	-	-	-	-
Veículos	12.516	(6.376)	(1.483)	4.657	-	(3.487)	1.170
<b>Total</b>	<b>14.714</b>	<b>(6.458)</b>	<b>(3.403)</b>	<b>4.853</b>	<b>5.621</b>	<b>(3.943)</b>	<b>6.532</b>

Refere-se ao saldo do ativo de direito de uso elaborado com base nos fluxos de caixa descontados a valor presente para os contratos de locação de veículos, máquinas e equipamentos e imóveis que estão no escopo do CPC 06 (R2).

### (14) INTANGÍVEL

	Controladora	Consolidado
<b>Custo</b>		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>50.686</b>	<b>51.064</b>
Aquisições	1.352	1.352
Baixas	(123)	(123)
Ajustes pela Cisão	(1.465)	(1.465)
Outros	-	(378)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>50.686</b>	<b>51.064</b>
Aquisições	40	40
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>50.490</b>	<b>50.490</b>
<b>Amortização e perdas por redução do valor recuperável</b>		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(24.112)</b>	<b>(24.112)</b>
Amortização do período	(8.222)	(8.222)
Ajustes pela Cisão	888	888
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(31.446)</b>	<b>(31.446)</b>
Amortização do período	(7.812)	(7.812)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(39.258)</b>	<b>(39.258)</b>
<b>Valor contábil</b>		
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>19.004</b>	<b>19.004</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>11.232</b>	<b>11.232</b>

O Intangível é composto pelas aquisições de *softwares*, licenças de uso e demais direitos dessa natureza.

## (15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e Serviços	65.125	8.479	68.021	11.391
Retenção Contratual	4.370	21.512	4.370	21.513
<b>Total</b>	<b>69.495</b>	<b>29.992</b>	<b>72.391</b>	<b>32.904</b>

Referem-se às aquisições e contratações realizadas junto aos fornecedores fabricantes ou distribuidores de materiais, assim como os prestadores de serviços, para viabilizar as realizações das obras ou para a manutenção do custeio.

## (16) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Folha de Pagamento Líquida	-	7.794	-	7.794
Provisão para Férias, 13º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	17.205	37.030	17.205	37.043
Retenções sobre a Folha de Pagamento	2.755	5.693	2.755	5.693
Prêmio Assiduidade	6	282	6	282
	<b>19.966</b>	<b>50.799</b>	<b>19.966</b>	<b>50.812</b>

Em 2022, houve readequação da data de pagamento dos colaboradores, que em 2021 recebiam salário no 5º dia útil do mês subsequente e passaram a receber no último dia útil do mês corrente. Por essa razão, houve redução na rubrica de Folha de Pagamento Líquida.

## (17) OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	18.928	23.230	19.248	23.404
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3.629	9.921	3.802	10.010
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>22.557</b>	<b>33.151</b>	<b>23.051</b>	<b>33.414</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.286	101	1.578	204
Programa de integração social - PIS	1.798	1.535	1.815	1.544
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	8.326	7.155	8.403	7.197
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	7.516	6.171	7.516	6.182
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	890	1.467	890	1.467
IRRF Sobre JSCP	14.250	-	14.250	-
Outros	2.017	4.512	4.653	5.510
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>36.083</b>	<b>20.941</b>	<b>39.105</b>	<b>22.105</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>58.640</b>	<b>54.092</b>	<b>62.156</b>	<b>55.518</b>
<b>Não circulante</b>				
Outros	-	-	4.921	5.218
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.921</b>	<b>5.218</b>
<b>Total Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.921</b>	<b>5.218</b>

## (18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Controladora						
Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
<b>Moeda nacional</b>						
<b>Mensuradas ao custo</b>						
Pré Fixado	3.147	(2.900)	42	-	(46)	242
TJLP	27.169	(3.832)	2.006	-	(1.855)	23.489
<b>Total Moeda Nacional</b>	<b>30.316</b>	<b>(6.732)</b>	<b>2.048</b>	<b>-</b>	<b>(1.901)</b>	<b>23.731</b>
<b>Moeda estrangeira</b>						
Dólar	649.363	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
<b>Total Moeda estrangeira</b>	<b>649.363</b>	<b>(583.635)</b>	<b>5.762</b>	<b>(25.982)</b>	<b>(45.508)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>679.679</b>	<b>(590.367)</b>	<b>7.810</b>	<b>(25.982)</b>	<b>(47.409)</b>	<b>23.731</b>
Circulante	656.088					4.179
Não circulante	23.591					19.552

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>					
<b>Pré fixado</b>					
FINEM	Pré fixado de 2,5%	242	3.147	2016 a 2023	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
		<u>242</u>	<u>3.147</u>		
<b>Pós fixado</b>					
TJLP	TJLP + 3,05%	23.489	27.169	2016 a 2029	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
		<u>23.489</u>	<u>27.169</u>		
<b>Total moeda nacional</b>		<u>23.731</u>	<u>30.316</u>		
<b>Moeda Estrangeira</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimos bancários Incentivados	US\$ + de 1,31% a 4,59%	-	649.363	2017 a 2022	República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul
<b>Total moeda estrangeira</b>		<u>-</u>	<u>649.363</u>		
<b>Total</b>		<u>23.731</u>	<u>679.679</u>		

O valor de R\$ 23.731 (R\$ 30.316 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A Companhia cede fiduciariamente em favor do BNDES títulos públicos federais de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor do contrato de financiamento.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de Vencimento	Controladora
2024	3.861
2025	3.861
2026	3.861
2027	3.861
2028 a 2029	4.108
<b>Total</b>	<b>19.552</b>

### Pré-pagamento:

Durante o exercício de 2022 foram liquidados antecipadamente R\$ 575.470 empréstimos bancários incentivados (AFD e BID), cujos vencimentos originais eram até 2036 e 2037.

### Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas.

As apurações são feitas anualmente. Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,00
- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total maior ou igual a 30%

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

## (19) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora			
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Encargos e atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>				
CDI	-	960.000	79.251	1.039.251
Gastos com captação	-	(2.199)	183	(2.016)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>957.801</b>	<b>79.434</b>	<b>1.037.235</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	<b>78.937</b>
<b>Não circulante</b>	-	-	-	<b>958.298</b>

Os detalhes de debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao Custo - Pós fixado</b>					
CDI	CDI + 1,34% e CDI + 1,47%	1.039.251	-	2027 a 2029	Finança da CPFL Energia
<b>Gastos com Captação</b>		<u>(2.016)</u>			
<b>Total</b>		<u>1.037.235</u>			

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de Vencimento	Controladora
2027	258.743
2028	349.686
2029	349.869
<b>Total</b>	<b>958.298</b>

## Adições no exercício

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização do principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
			Liberado em 2022	Liberado líquido dos gastos de emissão				
Moeda nacional - CDI								
8ª Issuance - EEEL18	08/06/2022	260.000	260.000	259.404	Semestral	01 Parcela em maio 2027	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%
8ª Issuance - EEEL28	08/06/2022	700.000	700.000	698.397	Semestral	02 parcelas anuais a partir de maio 2028	CDI + 1,47%	CDI + 1,47%
			<u>960.000</u>	<u>957.801</u>				

## Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

## (20) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	308	316	308	316
Contribuição Patrocinadora - Plano Único	1.145	3.165	1.145	3.165
Provisão Plano Único	14.296	22.169	14.296	22.169
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	3.905	3.781	3.905	3.781
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV	1.357	7.133	1.357	7.133
Provisão Plano CEEEPREV	45.700	62.086	45.700	62.086
Contrato 1254/95 - Plano Único	3.643	3.528	3.643	3.528
	<b>70.355</b>	<b>102.178</b>	<b>70.355</b>	<b>102.178</b>
<b>Não circulante</b>				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	3.026	3.541	3.026	3.541
Provisão Plano Único	148.178	241.597	148.178	241.597
Contrato 1254/95 - Plano Único	23.074	28.846	23.074	28.846
Provisão Plano CEEEPREV	209.026	401.281	209.026	401.281
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	24.719	30.919	24.719	30.919
	<b>408.023</b>	<b>706.184</b>	<b>408.023</b>	<b>706.184</b>
<b>Total</b>	<b>478.377</b>	<b>808.362</b>	<b>478.377</b>	<b>808.362</b>

### 20.1 Características:

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

(i) **“Plano CEEEPREV”**: O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável.

Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes.

Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, está ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. No momento, aguardam julgamento no próprio TJRS embargos de declaração opostos por todas as partes contra o acórdão. Sobre o tema ainda tramita a Suspensão de Liminar e Sentença perante a Presidência e a Corte Especial do STJ n. 3.163, que possui decisão favorável para as Companhias. Em atendimento a tutela antecipada antecedente do Processo 50224494-89.2022.8.21.7000/RS, a controlada desde março de 2022 vem recolhendo sua contribuição de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. O valor envolvido na ação judicial corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março a dezembro de 2022 o valor de R\$ 41.369 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado dentro do déficit total do plano, não representando repercussão financeira adicional.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) “Plano Único”: O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária.

(iii) “Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP”: Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação

## 20.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2022			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.358.357	3.335	2.252.981	3.614.673
Valor justo dos ativos do plano	(889.288)	-	(1.465.818)	(2.355.106)
<b>Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos</b>	<b>469.069</b>	<b>3.335</b>	<b>787.163</b>	<b>1.259.567</b>
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(274.221)	-	(495.115)	(769.337)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>194.848</b>	<b>3.335</b>	<b>292.048</b>	<b>490.230</b>

	31/12/2021			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.247.743	3.857	1.901.248	3.152.848
Valor justo dos ativos do plano	(951.603)	-	(1.403.182)	(2.354.785)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>296.140</b>	<b>3.857</b>	<b>498.066</b>	<b>798.063</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo ( <i>asset ceiling</i> )	-	-	-	-
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>296.140</b>	<b>3.857</b>	<b>498.066</b>	<b>798.063</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020</b>	<b>1.554.790</b>	<b>4.159</b>	<b>237.346</b>	<b>2.518.425</b>	<b>4.314.720</b>
Efeito risk sharing no início do exercício	(238.744)	-	-	-	(238.744)
Efeito Cisão GT	(43.558)	-	-	(14.504)	(58.062)
Custo do serviço corrente bruto	(446)	-	-	6.768	6.322
Juros sobre obrigação atuarial	44.603	256	5.961	164.478	215.298
Contribuições de participantes vertidas no exercício	14.003	-	-	997	15.000
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	87.038	199	-	137.667	224.904
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	229.916	(449)	-	(340.801)	(111.334)
Ganho perda atuarial - Ex-autárquico	-	-	(21.345)	-	(21.345)
Efeito risk sharing no final do exercício	(257.756)	-	-	(412.896)	(670.652)
Benefícios pagos no ano	(142.103)	(308)	(19.409)	(158.886)	(320.706)
Baixa por desestização Ex-autárquico	-	-	(202.553)	-	(202.553)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021</b>	<b>1.247.743</b>	<b>3.857</b>	<b>-</b>	<b>1.901.248</b>	<b>3.152.848</b>
Custo do serviço corrente bruto	(15.067)	-	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigação atuarial	74.329	383	-	119.399	194.111
Contribuições de participantes vertidas no exercício	31	-	-	1.378	1.409
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	-	(19.129)	(80.459)
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(16.465)	-	-	(82.219)	(98.684)
Benefícios pagos no ano	(145.704)	-	-	(193.998)	(339.702)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	-	(308)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b>	<b>1.084.134</b>	<b>3.335</b>	<b>-</b>	<b>1.757.866</b>	<b>2.845.336</b>

	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020</b>	<b>(1.063.540)</b>	-	-	<b>(1.507.722)</b>	<b>(2.571.262)</b>
Efeito Cisão GT	29.796	-	-	8.683	38.479
Rendimento esperado no exercício	(30.240)	-	-	(98.218)	(128.458)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(14.003)	-	-	(997)	(15.000)
Contribuições de patrocinadoras	(22.574)	(308)	(19.409)	(59.402)	(101.693)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	6.855	-	-	95.588	102.443
Benefícios pagos no exercício	142.103	308	19.409	158.886	320.706
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021</b>	<b>(951.605)</b>	-	-	<b>(1.403.182)</b>	<b>(2.354.785)</b>
Rendimento esperado no exercício	(46.559)	-	-	(74.394)	(120.953)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(31)	-	-	(1.378)	(1.409)
Contribuições de patrocinadoras	(14.296)	-	-	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	-	-	(135.162)	(157.663)
Benefícios pagos no exercício	145.704	-	-	193.998	339.702
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022</b>	<b>(889.288)</b>	-	-	<b>(1.465.818)</b>	<b>(2.355.106)</b>

## 20.3 Movimentações dos passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2021</b>	<b>296.140</b>	<b>3.857</b>	<b>498.066</b>	<b>798.064</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	12.703	383	44.598	57.684
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(14.296)	-	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	(19.129)	(80.459)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	-	(135.162)	(157.663)
Efeito risk sharing	(16.465)	-	(82.219)	(98.684)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2022</b>	<b>194.848</b>	<b>3.335</b>	<b>292.048</b>	<b>490.232</b>
Outras contribuições	-	-	(11.855)	(11.855)
<b>Total passivo</b>	<b>194.848</b>	<b>3.335</b>	<b>280.193</b>	<b>478.377</b>

Circulante				<b>70.355</b>
Não Circulante				<b>408.023</b>

	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2020</b>	<b>245.625</b>	<b>4.159</b>	<b>237.346</b>	<b>1.010.703</b>	<b>1.497.833</b>
Efeito Cisão GT	(6.881)	-	-	(5.821)	(12.702)
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	13.917	256	5.961	73.028	93.162
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(22.574)	(308)	(19.409)	(59.402)	(101.693)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	87.038	199	-	137.667	224.904
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	229.916	(449)	-	(340.801)	(111.334)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	6.855	-	-	95.588	102.443
Ganho perda atuarial - Ex-autárquico	-	-	(21.345)	-	(21.345)
Baixa por desestização Ex-autárquico	-	-	(202.553)	-	(202.553)
Efeito risk sharing	(257.756)	-	-	(412.896)	(670.652)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2021</b>	<b>296.140</b>	<b>3.857</b>	-	<b>498.066</b>	<b>798.063</b>
Outras contribuições	3.165	-	-	7.133	10.299
<b>Total passivo</b>	<b>299.305</b>	<b>3.857</b>	-	<b>505.199</b>	<b>808.362</b>

Circulante	<b>28.862</b>	<b>316</b>	-	<b>73.000</b>	<b>102.178</b>
Não Circulante	<b>270.443</b>	<b>3.541</b>	-	<b>432.200</b>	<b>706.184</b>

## 20.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2022 estão apresentadas a seguir:

	2023
CPFL Transmissão - Plano Único	13.607
CPFL Transmissão - CTP	360
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	47.235
<b>Total</b>	<b>61.202</b>

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2032	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	135.689	137.958	140.069	141.956	873.792	1.429.464
CPFL Transmissão - CTP	360	351	340	325	1.485	2.861
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	201.616	200.576	206.315	211.772	1.379.494	2.199.773
<b>Total</b>	<b>337.665</b>	<b>338.885</b>	<b>346.724</b>	<b>354.053</b>	<b>2.254.771</b>	<b>3.632.098</b>



## 20.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2022 e 2021 são como segue:

	2023 estimadas			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigações atuariais	67.042	328	111.805	179.175
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>23.948</b>	<b>328</b>	<b>29.344</b>	<b>53.620</b>

	2022 realizadas			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço	(15.067)	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigações atuariais	74.329	383	119.399	194.111
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.559)	-	(74.394)	(120.953)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>12.703</b>	<b>383</b>	<b>44.598</b>	<b>57.684</b>

	2021 realizadas				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço	(446)	-	-	6.768	6.322
Juros sobre obrigações atuariais	44.603	256	5.961	164.478	215.298
Rendimento esperado dos ativos do plano	(30.240)	-	-	(98.218)	(128.458)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>13.917</b>	<b>256</b>	<b>5.961</b>	<b>73.028</b>	<b>93.162</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Plano Único e CEEEPREV BD	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	10,38% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	10,38% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMSsb v.2021 MF (-10) (****)	BR-EMSsb-2015 MF (****)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(\*\*\*\*) Tábua biométrica de mortalidade geral para o Plano Único é AT-2000 por sexo.

## 20.6 Ativos do plano

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Família Previdência			
	Plano Único		CEEEPREV BD	
	2022	2021	2022	2021
<b>Renda fixa</b>	<b>67%</b>	<b>70%</b>	<b>65%</b>	<b>64%</b>
Títulos públicos federais	58%	59%	56%	56%
Títulos privados (instituições financeiras)	4%	4%	5%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	3%	3%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	3%	3%	1%	1%
<b>Renda variável</b>	<b>19%</b>	<b>21%</b>	<b>21%</b>	<b>23%</b>
Fundos de investimento em ações	19%	21%	21%	23%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>7%</b>	<b>6%</b>	<b>9%</b>	<b>8%</b>
Fundos de investimento multimercado	7%	6%	9%	8%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>94%</b>	<b>97%</b>	<b>96%</b>	<b>95%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>3%</b>	<b>2%</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>2%</b>	<b>-1%</b>	<b>-1%</b>	<b>-1%</b>
Depósitos judiciais e outros	2%	-1%	-1%	-1%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>6%</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>	<b>5%</b>
	100%	100%	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos

	FAMILIA PREVIDÊNCIA	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Renda Fixa	66%	67%
Renda variável	16%	17%
Imóveis	1%	1%
Empréstimos e financiamentos	3%	4%
Investimentos estruturados	14%	12%
Investimentos no exterior	0%	0%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## 20.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	CEEEPREV		Total
		Plano Único	BD	
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	26.443	49.935	76.378
	+0,25 p.p.	(25.514)	(48.001)	(73.515)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(35.089)	(43.290)	(78.379)
	-1 ano	34.642	42.675	77.317

\* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a..

\*\* A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Fundação CESP e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação CEEE. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

\*\*\* Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

## 20.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente.

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

## (21) OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Conta de Desenvol Energético - Quota da CDE	7.459	8.832	7.465	8.942
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	-	156	44	211
Recursos P&D	29.021	26.894	29.178	26.967
Recursos FNDCT	326	569	345	580
Recursos MME	318	285	328	290
<b>Total circulante</b>	<b>37.124</b>	<b>36.735</b>	<b>37.360</b>	<b>36.990</b>
<b>Não circulante</b>				
Recursos P&D	3.961	3.837	3.961	3.837
Subvenções investimentos	53.227	56.127	53.227	56.127
Outras obrigações da concessão	3	-	3	-
<b>Total não circulante</b>	<b>57.191</b>	<b>59.964</b>	<b>57.191</b>	<b>59.964</b>

## (22) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, bem como em processos judiciais e administrativos de natureza tributária que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante e avaliação individualizada de seus casos, atribuem riscos prováveis e possíveis, sendo a movimentação das contingências do ano de 2022 o primeiro exercício integral de alinhamento com as práticas da adquirente da Companhia. As contingências trabalhistas são atualizadas pela Selic, IPCA e TR (taxa referencial), aplicando-se juros de 1%, conforme decisões judiciais de cada caso, enquanto as cíveis, pelo IGPM mais 1% de juros, ao mês. Em relação às contingências de natureza tributária, os montantes são atualizados pela Selic (taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	Controladora									
	31/12/2022					31/12/2021				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambiental	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	233.752	10.998	16.287	-	-	261.037	171.949	13.595	14.147	199.690
Riscos Possíveis/ Remotos	221.281	211.469	9.230	11	53	442.044	139.341	80.069	44.370	263.780
	<b>455.033</b>	<b>222.467</b>	<b>25.517</b>	<b>11</b>	<b>53</b>	<b>703.081</b>	<b>311.290</b>	<b>93.664</b>	<b>58.517</b>	<b>463.470</b>
	Consolidado									
	31/12/2022					31/12/2021				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambiental	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	233.918	30.209	16.287	-	-	280.415	172.077	30.796	14.147	217.019
Riscos Possíveis/ Remotos	221.281	248.445	9.230	11	53	479.021	139.341	113.515	44.370	297.226
	<b>455.199</b>	<b>278.655</b>	<b>25.517</b>	<b>11</b>	<b>53</b>	<b>759.435</b>	<b>311.418</b>	<b>144.311</b>	<b>58.517</b>	<b>514.245</b>

### 22.1 Composição dos processos de riscos prováveis

Provisão e contas a pagar reconhecidas sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	Controladora							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
<b>Passivo circulante</b>								
Saldo da provisão	8.771	550	-	9.321	25.117	2.680	-	27.797
<b>Passivo não circulante</b>								
Saldo da provisão	224.981	10.448	16.287	251.716	146.832	10.914	14.147	171.893
<b>Total geral</b>	<b>233.752</b>	<b>10.998</b>	<b>16.287</b>	<b>261.037</b>	<b>171.949</b>	<b>13.594</b>	<b>14.147</b>	<b>199.690</b>
	Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
<b>Passivo circulante</b>								
Saldo da provisão	8.771	550	-	9.321	25.117	2.680	-	27.797
<b>Passivo não circulante</b>								
Saldo da provisão	225.147	29.659	16.287	271.094	146.960	28.115	14.147	189.222
<b>Total geral</b>	<b>233.918</b>	<b>30.209</b>	<b>16.287</b>	<b>280.415</b>	<b>172.077</b>	<b>30.795</b>	<b>14.147</b>	<b>217.019</b>

### 22.2 Movimentação da provisão para contingências

	<b>Controladora</b>				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>146.584</b>	<b>147.943</b>	<b>20.062</b>	<b>15.582</b>	<b>330.171</b>
(+) Novos Ingressos	128.534	10.622	13.030	-	152.236
(-) Pagamentos	(26.058)	(2.681)	(5.511)	-	(34.250)
(-) Montantes Revertidos	(54.350)	(10.463)	(12.252)	-	(77.116)
(+) Atualização Monetária	14.412	24.137	1.437	1.625	41.613
(-) Ajustes pela Cisão	(37.175)	(155.964)	(2.619)	(17.207)	(212.965)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>171.948</b>	<b>13.595</b>	<b>14.147</b>	<b>-</b>	<b>199.690</b>
(+) Novos Ingressos	159.542	22.280	935	-	182.757
(-) Pagamentos	(13.862)	(158)	(11)	-	(14.031)
(-) Montantes Revertidos	(104.221)	(23.291)	(1.114)	-	(128.626)
(+) Atualização Monetária	20.345	(1.428)	2.331	-	21.248
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>233.752</b>	<b>10.998</b>	<b>16.287</b>	<b>-</b>	<b>261.037</b>

	<b>Consolidado</b>				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>146.977</b>	<b>148.383</b>	<b>20.239</b>	<b>15.582</b>	<b>331.182</b>
(+) Novos Ingressos	128.534	27.383	13.030	-	168.997
(-) Pagamentos	(26.188)	(2.681)	(5.688)	-	(34.557)
(-) Montantes Revertidos	(54.485)	(10.463)	(12.253)	-	(77.252)
(+) Atualização Monetária	14.412	24.137	1.438	1.625	41.613
(-) Ajustes pela Cisão	(37.175)	(155.964)	(2.619)	(17.207)	(212.965)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>172.076</b>	<b>30.796</b>	<b>14.147</b>	<b>-</b>	<b>217.019</b>
(+) Novos Ingressos	159.587	25.510	935	-	186.032
(-) Pagamentos	(13.862)	(158)	(11)	-	(14.031)
(-) Montantes Revertidos	(104.228)	(24.510)	(1.114)	-	(129.851)
(+) Atualização Monetária	20.345	(1.428)	2.331	-	21.248
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>233.918</b>	<b>30.210</b>	<b>16.287</b>	<b>-</b>	<b>280.415</b>

## 22.3 Natureza das ações

### 22.3.1 Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Empresa envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-T referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras, que são responsáveis pelas principais movimentações na composição de riscos possíveis e prováveis.

### 22.3.2 Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, desapropriação e revisão de contratos.

### 22.3.3 Tributárias

O saldo provisionado de R\$ 16.287 (R\$ 14.147 em 31 de dezembro de 2021) refere-se, principalmente, a processos em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão, para os quais a companhia vem classificando, através de opinião legal, como perda provável.

## (23) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 23.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>		
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis	(127.392)	(75.193)
<b>Subtotal</b>	<b>(127.392)</b>	<b>(75.193)</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>		
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis	(353.868)	(208.870)
<b>Subtotal</b>	<b>(353.868)</b>	<b>(208.870)</b>
<b>Total</b>	<b>(481.260)</b>	<b>(284.063)</b>

### 23.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente ineditáveis / tributáveis

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	27.445	76.236	22.462	62.394
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	721	2.002	108	301
Provisão relacionada a pessoal	396	1.101	1.669	4.635
Instrumentos financeiros	-	-	(2.547)	(7.076)
CRC NTNB TRANCHE (Ajuste Financeiro)	(6.602)	(18.338)	(5.893)	(16.371)
Registro de concessões - Ajuste Financeiro (IFRS / CPC)	(148.513)	(412.535)	(91.825)	(255.070)
Outros	(840)	(2.333)	834	2.317
<b>Total</b>	<b>(127.392)</b>	<b>(353.868)</b>	<b>(75.193)</b>	<b>(208.870)</b>

### 23.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	Controladora
<b>Expectativa de recuperação</b>	
2023	19.707
2024	10.379
2025	10.379
2026	10.379
2027	10.379
2028 a 2030	31.126
á partir 2031	20.736
<b>Total</b>	<b>113.084</b>

### 23.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	Controladora			
	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>1.157.545</b>	<b>1.157.545</b>	<b>562.919</b>	<b>562.919</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	54.219	54.219	49.914	49.914
Juros sobre o capital próprio	(95.000)	(95.000)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.838	1.951	369	(1.771)
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.118.602</b>	<b>1.118.715</b>	<b>613.201</b>	<b>611.061</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Débito fiscal apurado</b>	<b>(100.674)</b>	<b>(279.679)</b>	<b>(55.188)</b>	<b>(152.765)</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	34.670	96.304	(27.677)	(89.514)
<b>Total</b>	<b>(66.005)</b>	<b>(183.375)</b>	<b>(82.865)</b>	<b>(242.279)</b>
<b>Corrente</b>	<b>(13.322)</b>	<b>(37.034)</b>	<b>(47.439)</b>	<b>(99.501)</b>
<b>Diferido</b>	<b>(52.683)</b>	<b>(146.341)</b>	<b>(35.426)</b>	<b>(142.778)</b>

### (24) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Obrigações com Obras da Transmissão	6.134	6.134	6.134	6.134
Contrato de Compartilhamento	-	6.637	-	6.637
Contas a Pagar Judicial	5.629	538	5.629	538
Adiantamento de Clientes	2.121	699	2.121	699
Contas a Pagar para CEEE-D e CEEE-G	4.390	5.937	4.390	5.937
Provisões Sócio Ambientais	11.399	10.362	11.399	10.362
Arrendamentos a Pagar	1.554	3.673	1.554	3.673
Outros Credores	12.245	6.904	12.623	6.905
<b>Total circulante</b>	<b>43.472</b>	<b>40.885</b>	<b>43.850</b>	<b>40.885</b>
<b>Não circulante</b>				
Provisão Auto de Infração	-	-	-	6.249
Provisões Sócio Ambientais	47.493	44.346	47.493	44.346
Provisão do Contrato Oneroso	-	-	53.087	103.391
Provisão para Realização de AFAC	-	-	26.297	120.600
Arrendamentos a Pagar	5.200	1.417	5.200	1.417
Outros Credores	8.207	7.612	8.228	1.387
<b>Total não circulante</b>	<b>60.901</b>	<b>53.375</b>	<b>140.305</b>	<b>277.390</b>

**Adiantamento de clientes** - refere-se aos adiantamentos realizados por clientes para compensação na competência seguinte a partir do registro efetivo do documento de cobrança no contas a receber.

**Provisão Socioambiental:** refere-se a licenças e obrigações socioambientais relacionadas a concessão.

**Provisão de Contrato Oneroso** - Em função do atraso nas obras e de aumento dos custos relacionados ao contrato de concessão referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010 da controlada TESB, apurou-se uma provisão para contrato oneroso no valor de R\$ 53.087 (R\$ 103.391 em 31 de dezembro de 2021), baseada na obrigação dos pagamentos deduzida das respectivas receitas relacionadas ao contrato. Estes valores são contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

### (25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

	Quantidade de Ações							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Ordinárias	Participação %	Preferenciais	Participação %	Total	Participação %	Total	Participação %
CPFL CONE SUL	9.480.088	100	112.356	100	9.592.444	100	6.381.908	66,08
ELETOBRAS	-	-	-	-	-	-	3.154.674	32,66
Demais Acionistas	-	-	-	-	-	-	121.865	1,26
<b>Total</b>	<b>9.480.088</b>	<b>100</b>	<b>112.356</b>	<b>100</b>	<b>9.592.444</b>	<b>100</b>	<b>9.658.447</b>	<b>100</b>



Em 14 de outubro de 2021, a CPFL Cone Sul assumiu o controle da Companhia. Em abril de 2022, como resultado do leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão, passou a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%). Em dezembro de 2022, como resultado do resgate compulsório de ação em circulação, passou a deter 100% do capital social total da Companhia.

### Oferta Pública de Ações

Em 10 de outubro de 2022, por meio do Ofício nº 528/2022/CVM/SRE/GER-1, foi concedido pela CVM o registro e a autorização para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda., acionista controladora da Companhia, realizar a oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, para conversão de registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM como emissora de valores mobiliários, da categoria “A” para a categoria “B”.

Em 07 de dezembro, por meio de Fato Relevante, e em complemento aos fatos relevantes divulgados em 12 de agosto de 2022, 11 de outubro de 2022, 19 de outubro de 2022, 10 de novembro de 2022, 16 de novembro de 2022, 18 de novembro de 2022 e 30 de novembro de 2022, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia (“AGE”), o resgate da totalidade das ações de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após o leilão da OPA, conforme o disposto no artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações (“Resgate Compulsório”). O preço do resgate é de R\$ 242,68 por ação ordinária e R\$ 229,27 por ação preferencial, equivalente ao preço da OPA, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde 22 de novembro 2022, data de liquidação da OPA, até a data de depósito do valor do resgate (22 de dezembro de 2022). Nota explicativa 25.3

### 25.1 Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 0,64 vezes o EBITDA em 2022 (-0,42 vezes em 2021), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

### 25.2 Reserva de Capital

Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2022 é de (R\$ 16.148), que compreende: i) resgate compulsório de ações (R\$ 15.666) e ii) alteração na participação sem alteração no controle (R\$ 482).

### 25.3 Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 526.753, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 67.091; ii) Reserva Dividendos não Distribuídos de 354.367 e iii) Reserva de lucros a realizar de 59.887.

### 25.4 Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.049)	(1.504)
Perda Atuarial	(295.005)	(600.217)
	<u>(300.055)</u>	<u>(601.721)</u>

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

### 25.5 Distribuição de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio



Na RCA de 16 de maio de 2022, foi aprovado: (i) transferência de saldo total da reserva de incentivos fiscais no montante de R\$421.658, para a Reserva de Dividendos Não Distribuídos e consequente adequação do balanço contábil da CPFL Transmissão para refletir a transferência de saldos ora indicada; e (ii) declaração dos dividendos de R\$ 1.221.174, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022, utilizando-se o saldo da Reserva de Dividendos Não Distribuídos. Os pagamentos dos dividendos serão efetuados em datas a serem definidas pela Diretoria Executiva, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia, até 31 de dezembro de 2022 nos termos da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de dezembro de 2022 foi aprovado em assembleia geral extraordinária, a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 80.750, líquido de impostos, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022. Adicionalmente, a Companhia está propondo para o exercício de 2022, o montante de R\$ 572.931 de dividendo adicional proposto.

Em 2022, a Companhia efetuou pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.218.652.

## 25.6 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>2022</b>
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>908.166</b>
Reserva legal	(45.408)
Reserva de lucro a realizar	(59.887)
Juros sobre capital próprio	(95.000)
Dividendos mínimo Obrigatório	(134.939)
Dividendo Adicional Proposto	(572.931)

## (26) LUCRO POR AÇÃO

### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2022</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	897.528	10.637	908.166
Denominador Básico			
Média das Ações	9.480.088	112.356	9.592.444
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>94,68</u>	<u>94,68</u>	<u>94,68</u>
	<b>31/12/2021</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	47.816	762	48.578
Denominador Básico			
Média das Ações	9.506.875	151.572	9.658.447
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>5,03</u>	<u>5,03</u>	<u>5,03</u>
	<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	
Lucro (Prejuízo) para as ações ordinárias	897.528	47.816	
Lucro (Prejuízo) para as ações preferenciais	10.637	762	
	<u>908.166</u>	<u>48.578</u>	
Denominador Diluído			
Ações Ordinárias	9.480.088	9.506.875	
Ações Preferenciais	112.356	151.572	
	<u>9.592.444</u>	<u>9.658.447</u>	
Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	<u>94,68</u>	<u>5,03</u>	



**(27) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receita operacional</b>				
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual (27.1)	874.031	805.051	890.890	821.581
Receita de Operação e Manutenção	537.910	539.024	545.135	545.781
Receita com construção da infraestrutura	268.757	103.443	292.416	124.500
Outras Receitas (27.2)	355.202	17.671	334.024	12.265
	<b>2.035.900</b>	<b>1.465.189</b>	<b>2.062.465</b>	<b>1.504.127</b>
<b>Deduções da Receita operacional</b>				
PIS/COFINS	(107.554)	(111.504)	(108.389)	(112.163)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(97.708)	(101.907)	(97.708)	(101.907)
Encargos Setoriais (27.3)	(42.095)	(38.640)	(42.874)	(39.682)
Outras deduções	(4.265)	(1.461)	(4.265)	(1.461)
<b>Total deduções da Receita operacional</b>	<b>(251.623)</b>	<b>(253.512)</b>	<b>(253.237)</b>	<b>(255.212)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.784.277</b>	<b>1.211.677</b>	<b>1.809.229</b>	<b>1.248.915</b>

**27.1 Remuneração/Atualização do ativo contratual** – refere-se à receita de remuneração do ativo contratual reconhecida com base na taxa implícita de cada contrato de transmissão mencionados na nota 11.

Nesta rubrica também são incluídas as atualizações monetárias relacionados aos contratos de concessão, vigentes desde 1º de julho de 2022 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.067/2022.

**27.2 Outras Receitas** – o saldo de R\$ 320.681 refere-se a remensuração do ativo de contrato oriundo a RTP – Revisão tarifária periódica, conforme evidenciado na nota 11.

O saldo de R\$ 34.521 em outras receitas reconhecidas pela Companhia está relacionado ao compartilhamento de infraestrutura e serviços de engenharias prestados dentro do grupo.

**27.3 Encargos Setoriais** – os encargos setoriais são previstos em lei e definidos pela Aneel, são destinados a pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização do serviço de energia Elétrica (TFSE), compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH) e demais encargos do consumidor.

**(28) CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS**

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA									
	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(142.805)	(128.225)	-	-	(26.213)	(40.537)	-	-	(169.018)	(168.762)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(64.624)	(91.183)	-	-	(612)	(13.960)	-	-	(65.236)	(105.143)
INSS - Empregador	(21.052)	(26.253)	-	-	(2.511)	(3.577)	-	-	(23.563)	(29.830)
Administradores	(1.305)	(383)	-	-	(3.174)	(698)	-	-	(4.479)	(1.081)
Subtotal Pessoal / Administradores	(229.786)	(246.044)	-	-	(32.510)	(58.772)	-	-	(262.296)	(304.816)
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	-	(11.121)	-	-	-	-	-	-	-	(11.121)
Total Pessoal e Administradores	(229.786)	(257.165)	-	-	(32.510)	(58.772)	-	-	(262.296)	(315.937)
Material	(2.490)	(2.898)	-	-	(2.243)	(1.028)	-	-	(4.733)	(3.926)
Serviço de Terceiros	(19.452)	(35.419)	-	-	(43.140)	(24.682)	-	-	(62.592)	(60.101)
Depreciação e Amortização	1.487	(3.176)	-	-	(8.523)	(8.493)	-	-	(7.036)	(11.669)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(3.943)	(6.186)	-	-	-	-	-	-	(3.943)	(6.186)
Custo de Construção	(198.376)	(103.443)	-	-	-	-	-	-	(198.376)	(103.443)
Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)	-
Despesas de Locação	1.036	(1.884)	-	-	(6.737)	(1.659)	-	-	(5.701)	(3.543)
Seguros	(419)	-	-	-	(4)	-	-	-	(423)	-
Tributos	(471)	(2.366)	-	-	(9.741)	(841)	-	-	(10.212)	(3.207)
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(6.810)	(3.102)	-	-	-	-	(6.810)	(3.102)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	(66.774)	(95.079)	(66.774)	(95.079)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(5.130)	(11.440)	(5.130)	(11.440)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	(3.947)	(3.296)	(3.947)	(3.296)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(8.266)	(181.916)	(8.266)	(181.916)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	(574)	1.211	(574)	1.211
Provisão para realização de AFAC	-	-	-	-	-	-	94.303	-	94.303	-
Outros	(25)	351	-	-	(342)	1.359	(774)	99	(1.141)	1.809
<b>TOTAL</b>	<b>(452.439)</b>	<b>(412.186)</b>	<b>(6.810)</b>	<b>(3.102)</b>	<b>(103.252)</b>	<b>(94.116)</b>	<b>8.838</b>	<b>(290.421)</b>	<b>(553.663)</b>	<b>(799.824)</b>

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	CONSOLIDADO									
	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(142.805)	(128.225)	-	-	(26.213)	(40.537)	-	-	(169.018)	(168.762)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(64.624)	(91.183)	-	-	(612)	(13.960)	-	-	(65.236)	(105.143)
INSS - Empregador	(21.052)	(26.253)	-	-	(2.511)	(3.577)	-	-	(23.563)	(29.830)
Administradores	(1.305)	(383)	-	-	(3.300)	(698)	-	-	(4.605)	(1.081)
Subtotal Pessoal / Administradores	(229.786)	(246.044)	-	-	(32.636)	(58.772)	-	-	(262.422)	(304.816)
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	-	(11.121)	-	-	-	-	-	-	-	(11.121)
<b>Total Pessoal e Administradores</b>	<b>(229.786)</b>	<b>(257.165)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(32.636)</b>	<b>(58.772)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(262.422)</b>	<b>(315.937)</b>
Material	(2.494)	(4.137)	-	-	(2.245)	(1.028)	-	-	(4.739)	(5.165)
Serviço de Terceiros	(23.114)	(37.963)	-	-	(45.292)	(24.682)	-	-	(68.406)	(62.645)
Depreciação e Amortização	1.484	(3.176)	-	-	(8.523)	(8.493)	-	-	(7.039)	(11.669)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(3.943)	(6.185)	-	-	-	-	-	-	(3.943)	(6.185)
Custo de Construção	(240.069)	(216.332)	-	-	-	-	-	-	(240.069)	(216.332)
Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)	-
Despesas de Locação	1.036	(1.884)	-	-	(6.740)	(1.659)	-	-	(5.704)	(3.543)
Seguros	(419)	-	-	-	(229)	(238)	-	-	(648)	(238)
Tributos	(471)	(2.366)	-	-	(9.917)	(1.342)	-	-	(10.388)	(3.708)
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(6.810)	(3.102)	-	-	-	-	(6.810)	(3.102)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	(16.306)	-	-	-	-	(66.774)	(95.078)	(66.774)	(111.385)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(5.130)	(11.440)	(5.130)	(11.440)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	(3.947)	(3.296)	(3.947)	(3.296)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(8.266)	(164.707)	(8.266)	(164.707)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	(574)	1.211	(574)	1.211
Provisão para realização de AFAC	-	-	-	-	-	-	94.303	(120.600)	94.303	(120.600)
Outros	(50.394)	339	-	-	(342)	(1.367)	(774)	99	(51.510)	(930)
<b>TOTAL</b>	<b>(548.170)</b>	<b>(545.177)</b>	<b>(6.810)</b>	<b>(3.102)</b>	<b>(105.936)</b>	<b>(97.581)</b>	<b>8.838</b>	<b>(393.813)</b>	<b>(652.078)</b>	<b>(1.039.673)</b>

## (29) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Outras Receitas</b>				
Ganho nas Alienações de Materiais	14.243	135.505	14.243	135.505
Arrendamento e Aluguéis	-	1.801	-	1.801
Resultado Alienação de Investimento (TSLE)	-	37.260	-	37.260
Outras	(1.214)	(2.691)	(1.214)	(2.691)
<b>Total</b>	<b>13.029</b>	<b>171.875</b>	<b>13.029</b>	<b>171.875</b>
<b>Outras Despesas</b>				
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(17.894)	(2.759)	(17.894)	(2.759)
Resultado Alienação de Investimento (FOTE)	-	(31.968)	-	(31.968)
Outras	(14.397)	1.696	(2.685)	1.696
<b>Total</b>	<b>(32.291)</b>	<b>(33.031)</b>	<b>(20.579)</b>	<b>(33.031)</b>

## (30) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	41.603	21.425	42.337	21.677
Acréscimos e multas moratórias	150	-	160	-
Atualização de depósitos judiciais	10.301	3.410	10.301	3.410
Atualizações monetárias e cambiais	112.592	124.849	112.592	124.849
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.480)	-	(3.480)	-
Outros	11.991	9.982	15.101	10.730
<b>Total</b>	<b>173.156</b>	<b>159.666</b>	<b>177.011</b>	<b>160.666</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(92.810)	(18.885)	(93.347)	(19.107)
Atualizações monetárias e cambiais	(35.996)	(156.435)	(35.996)	(156.435)
Atualização Contingências Judiciais Trabalhista	(16.524)	-	(16.524)	-
Atualização Contingências Judiciais Fiscais	(2.298)	-	(2.298)	-
Atualização Contingências Judiciais Cíveis	965	-	965	-
Outros	(26.080)	(31.089)	(26.106)	(31.097)
<b>Total</b>	<b>(172.743)</b>	<b>(206.409)</b>	<b>(173.307)</b>	<b>(206.639)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>413</b>	<b>(46.743)</b>	<b>3.704</b>	<b>(45.973)</b>

## (31) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Cone Sul, empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia S.A, que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Concessionárias e Permissionárias:** Refere-se aos saldos de contas a receber sobre valores faturados de uso do sistema de transmissão. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema.
- Disponibilização do Sistema de Transmissão:** Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CEEE-T. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema.
- Contribuição Patrocinadora:** Refere-se à parcela de responsabilidade da CEEE-T sobre os planos de previdência complementar CEEEPREV e Plano Único. Vide notas explicativas nº 20.

- d) **Empréstimo:** Contrato SF nº 1254/95 de confissão de dívida por contribuições não pagas, com renegociação feita em maio de 2013 e carência até junho de 2018, com reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018 e término previsto para maio de 2031. Durante a carência, a Companhia realizou o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.
- e) **Despesa operacional - Pessoal:** As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários.
- f) **Renda de Prestação de Serviço:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.
- g) **Custos a Reembolsar:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Família previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 20 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 4.804 (R\$ 1.224 em 2021). Este valor é composto por R\$ 3.644 (R\$1.217 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 54 (R\$ 7 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.106 de outros benefícios de longo prazo.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto:

CONTROLADORA															
31/12/2022															
	Fundação ELETROCEEE	TESB	RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	Companhia Paulista de Força Luz	Companhia Piratininga de Força Luz	Companhia Jaguari de Energia	Paulista Lajeado Energia S.A.	CPFL Energias Renováveis e Subsidiárias	CPFL Serviços	CPFL Finanças	CPFL Infra	CPFL Pessoas	CPFL Eficiência energética	CPFL Transmissão Sul II	Total
Ativo															
Concessionárias e Permissionárias	-	-	4.604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.604
Outros Créditos a Receber	-	-	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195	242
	-	-	4.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195	4.846
Passivo															
Fornecedores	-	-	26	-	-	-	-	-	10.329	633	1.417	846	734	-	13.985
Contribuição Patrocinadora	1.357	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.357
Contrato de Compartilhamento	-	-	21	88	75	-	-	253	-	-	-	-	-	-	436
Outros Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial - Empréstimo SF 1254 Circulante	7.548	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.548
	8.905	-	47	88	75	-	-	253	10.329	633	1.417	846	734	-	23.327
Resultado															
Renda da Prestação de Serviços	-	21.180	882	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	209	22.270
Disponibilização do Sistema de Transmissão	-	-	328.011	17.750	6.576	1.835	93	716	-	-	-	-	-	-	354.981
Despesa Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa operacional – Pessoal	6.973	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.973
Despesas Operacionais - MSO	-	-	-	-	-	-	-	-	15.727	-	-	-	734	-	16.461
Alocação de gastos	-	-	124	526	448	-	-	1.517	-	2.937	3.382	1.224	-	-	10.158
Despesas Gerais e Administrativas	-	18	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	20
Receita financeira	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Despesa financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Valor Recuperável AFAC	-	(94.303)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.303)
	6.973	(73.106)	329.023	18.276	7.024	1.835	93	2.233	15.727	2.940	3.382	1.224	734	209	316.567

CONTROLADORA											
31/12/2021											
	CEEE-G	Fundação ELETROCEEE	Eletrobras	TESB	RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	Companhia Paulista de Força Luz	Companhia Piratininga de Força Luz	Companhia Jaguari de Energia	Paulista Lajeado Energia S.A.	CPFL Energias Renováveis e Subsidiárias	Total
Ativo											
Concessionárias e Permissionárias	-	-	-	-	28.475	1.201	480	141	8	60	30.364
Outros Créditos a Receber	-	-	-	11.773	-	-	-	-	-	-	11.773
Pagamento antecipado PROINFA	-	-	1.862	-	-	-	-	-	-	-	1.862
	-	-	1.862	11.773	28.475	1.201	480	141	8	60	44.000
Passivo											
Contribuição Patrocinadora	-	6.923	-	-	-	-	-	-	-	-	6.923
Passivo Atuarial - Empréstimo SF 1254 Circulante	-	7.309	-	-	-	-	-	-	-	-	7.309
	-	14.232	-	-	-	-	-	-	-	-	14.232
Resultado											
Renda da Prestação de Serviços	-	-	-	5.406	133	-	-	-	-	-	5.540
Disponibilização do Sistema de Transmissão	3.050	-	-	-	84.827	3.601	1.430	428	23	182	93.541
Despesa Proinfa	-	-	23.429	-	-	-	-	-	-	-	23.429
Despesa operacional – Pessoal	-	7.245	-	-	-	-	-	-	-	-	7.245
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	(78)	-	-	-	-	-	-	(78)
Provisão Valor Recuperável AFAC	-	-	-	120.600	-	-	-	-	-	-	120.600
	3.050	7.245	23.429	125.928	84.960	3.601	1.430	428	23	182	250.276

### (32) SEGUROS

Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo vinculados a Concessão	Riscos Nomeados	168.000
Transporte	Nacional e Internacional	18.000
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	6.821
Garantia	Seguro Garantia	7.120
Outros	D&O	150.000
<b>Total</b>		<b>349.941</b>

### (33) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades são reguladas pela ANEEL.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados.
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;

- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** A Transmissora recebera pela prestação de serviço público de transmissão o pagamento da receita anual permitida (RAP), de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia descrita nas cláusulas do contrato. Uma vez a Aneel revisando e homologando a Receita Anual Permitida, a transmissora aplica as condições de cobrança para as concessionárias e permissionárias. A receita assim fixada, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão da RAP, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Empresa.

#### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.



As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco.

### (34) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível (*)	Controladora 31/12/2022		Consolidado 31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	(a)	Nível 2	215.857	215.857	268.915	268.915
				<u>215.857</u>	<u>215.857</u>	<u>268.915</u>	<u>268.915</u>
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	18	(a)	Nível 2	23.731	23.731	23.731	23.731
Debêntures - principal e encargos	19	(a)	Nível 2	1.037.235	1.027.280	1.037.235	1.027.280
<b>TOTAL</b>				<u>1.060.966</u>	<u>1.051.012</u>	<u>1.060.966</u>	<u>1.051.012</u>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) concessionárias e permissionárias, (ii) Arrendamentos; e (ii) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (ii) consumidores e concessionárias apagar, e (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

## b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

## c) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI e TJLP), conforme demonstrado:

### c.1) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa Cenário Provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário Provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros passivo	23.489	baixa TJLP	6,78%	7,37%	1.731	2.164	2.597
	<b>23.489</b>				<b>1.731</b>	<b>2.164</b>	<b>2.597</b>
Instrumentos financeiros passivo	1.039.251	baixa CDI	13,65%	13,93%	144.768	180.960	217.151
	<b>1.039.251</b>				<b>144.768</b>	<b>180.960</b>	<b>217.151</b>
<b>Total</b>	<b>1.062.740</b>				<b>146.499</b>	<b>183.123</b>	<b>219.748</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>146.499</b>	<b>183.123</b>	<b>219.748</b>

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

## d) Risco de crédito

O risco de crédito nas operações de concessionárias e permissionárias é decorrente da exposição a perdas financeiras resultantes do descumprimento de obrigações financeiras pelas contrapartes. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

### Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

## e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	67.598	47	137	186	118	1.408	69.495
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	761	1.039	4.665	10.785	9.435	4.454	31.139
Debêntures - principal e encargos	19	-	104.176	104.536	201.350	421.091	763.201	1.594.352
Obrigação da Concessão	21	8.103	-	-	-	-	-	8.103
Outros	24	174	-	-	-	-	-	174
Concessionárias		174	-	-	-	-	-	174
<b>Total</b>		<b>76.637</b>	<b>105.262</b>	<b>109.338</b>	<b>212.320</b>	<b>430.643</b>	<b>769.062</b>	<b>1.703.263</b>

## (35) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Consolidado			Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
Projetos de construção de infraestrutura	3	161.645	80.345	-	241.990
Fornecedores de materiais e serviços	5	168.548	57.810	1.133	227.491
<b>Total</b>		<b>330.193</b>	<b>138.156</b>	<b>1.133</b>	<b>469.482</b>

## (36) ASSUNTOS REGULATÓRIOS

### 36.1. Parcela Variável Descontada

Em 12 de Janeiro de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) concluiu a apuração do indicador da Parcela Variável Descontada referente ao ano de 2022.

A Parcela Variável (PV) foi constituída como um incentivo à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica e consiste em um desconto sobre a remuneração mensal das concessionárias com base na disponibilidade e na capacidade operativa dos ativos.

Como resultado dessa apuração, a Companhia novamente obteve um excelente resultado operacional, alcançando a segunda melhor colocação, dentre as nove maiores transmissoras com contratos de concessão renovados no país, com um desconto de 0,915% da Receita Anual Permitida (RAP).

### 36.2 Reajuste Tarifário Anual

A REH nº 3.067, de 12 de julho de 2022, estabeleceu as RAPs da Companhia e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Com a retificação da REH nº 2.960/2021 que trouxe o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2018 (após a fiscalização da SFF/ANEEL), para o Contrato de Concessão nº 055/2001, o índice de reposicionamento definitivo ficou em +4,71%. Nos ciclos 2020-2021 e 2021-2022 foram recebidos os valores considerando o índice de reposicionamento da RTP provisória que era de +7,53%, conforme REH nº 2.845/2021. A diferença dos valores entre as RTP definitiva (+4,71%) e provisória (+7,53%) está sendo devolvida por meio de parcela de ajuste, no ciclo 2022-2023.

A RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001, apresentou um incremento na ordem de 22% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2021-2022). Este aumento é devido, principalmente ao segundo ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) onde há um incremento de 46% no componente, bem como da trajetória de O&M oriunda da RTP de 2018 e de ajustes no componente econômico da PRT nº 120/2016. Além destes, houve o reconhecimento de recursos interpostos contra as REH nº 2.895/2021 e REH nº 2.959/2021 e outros ajustes realizados na base, somados ao reajuste pelo IPCA que superam o impacto da redução do índice de reposicionamento da RTP e resultam no incremento de receita para o ciclo 2022-2023.

## (37) EVENTOS SUBSEQUENTES

### 37.1 Novas captações

A partir de 1º de janeiro de 2023 e até o momento da aprovação destas demonstrações financeiras, foi adicionada à dívida a captação abaixo:

<u>Modalidade</u>	<u>Mês de Liberação</u>	<u>Valor Liberado</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Taxa efetiva anual</u>	<u>Destinação do Recurso</u>
Moeda nacional - CDI						
9ª Emissão - EEEL19 - 1ª Série	jan/23	300.000	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	CDI + 1,20%	(a)

a) Plano de investimeto, refinancimaneto e reforço de capital de giro.

### 37.2 Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**Gustavo Estrella**

Presidente

**Yuehui Pan**

**Futao Huang**

**Karin Regina Luchesi**

**Luis Henrique Ferreira Pinto**

**Xinjian Chen**

**Vitor Fagali de Souza**

Conselheiros

---

**DIRETORIA**

---

**André Luiz Gomes da Silva**

Diretor Presidente

**Celso Guimarães Filho**

Diretor de Operações

**YUEHUI PAN**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**José Alexandre Almeida Serra**

Diretor de Engenharia

**Fu Li**

Diretor Presidente Adjunto

---

**CONTABILIDADE**

---

**Ricardo Fernando Ferreira**

Gerente de Serviços Contábeis

CRC 1SP 321353/O-4

---

# ***Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T***

***Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2022  
e relatório do auditor independente***

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Estadual de Transmissão de  
Energia Elétrica - CEEE-T

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

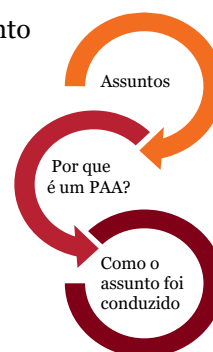
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



**Discussão judicial relacionada às contribuições para o plano de previdência CEEEPREV (Nota 20)**

A Companhia mantém planos de previdência nas modalidades benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Em 2014, foi instaurado litígio judicial relacionado às contribuições não paritárias, questionando a responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, por entender que esse procedimento viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam sobre a matéria, a administração da Companhia, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é considerar contribuições paritárias (*risk sharing*) entre patrocinador e Fundação. Dessa forma, desde março de 2022, a Companhia vem recolhendo suas contribuições de forma paritária.

O referido Plano CEEEPREV encontra-se deficitário em 31 de dezembro de 2022, uma vez que o total das obrigações atuariais estimadas no plano de benefícios definidos superam o valor justo dos ativos do plano, sendo a obrigação atribuível à Companhia, após a aplicação da paridade, de R\$ 292.048 mil

Consideramos esse tema foco de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos da administração sobre as premissas utilizadas no cálculo atuarial das obrigações do plano, incluindo a forma de contribuição paritária, as quais se sofrerem variações, podem impactar de maneira relevante as demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação, com o apoio de nossos especialistas atuariais, da consistência dos critérios e das premissas utilizados pela administração para mensuração e reconhecimento da obrigação atuarial;
- Obtenção de opinião legal de outros assessores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade do prognóstico determinado pelo advogado da respectiva causa, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotadas pelos assessores jurídicos da Companhia;
- Envolvimento de nossos especialistas atuariais para avaliação da razoabilidade das principais premissas, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial, paridade e tábuas biométricas, bem como conferência dos cálculos aritméticos; e
- Leitura do regulamento do plano e avaliação das respectivas divulgações em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

---



## **Outros assuntos**

---

### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 15 de março de 2022, sem ressalvas.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5

**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 92.715.812/0001-31, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T** de 31 de dezembro de 2022;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T** de 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre, 13 de março de 2023.

**STATEMENT**

In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officers and the officers of **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T** a publicly traded company, with its registered office at Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, in the City of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul – Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 92.715.812/0001-31, hereby stated that:

a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes on the financial statements of **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T**, of December 31, 2022;

b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T**, of December 31, 2022.

Porto Alegre, March 13, 2023.

**Ricardo Fernando Ferreira**  
Gerente de Serviços Contábeis  
Accounting Services Manager  
CRC 1SP 321353/O-4  
CPF: 400.474.638-80

**Yuehui Pan**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
Chief Financial and Investor Relations Officer  
CPF: 061.539.517-16

**André Luiz Gomes da Silva**  
Diretor Presidente  
Chief Executive Officer  
CPF: 246.744.258-67